



Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde - FACES
Curso de Psicologia
Monografia
Professor Orientador: Me. Leonardo Mello

**Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro: as implicações de um governo
sexista para a (re)existência das mulheres brasileiras**

Aline Campos Machado

Brasília - DF
Dezembro de 2019

**Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro: as implicações de um governo
sexista para a (re)existência das mulheres brasileiras**

Aline Campos Machado

Monografia apresentada à Faculdade Ciências da Educação e Saúde – FACES do Centro Universitário de Brasília como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia.
Professor-orientador: Me. Leonardo Mello

Brasília - DF
Dezembro de 2019

Folha de Avaliação

Nome: Aline Campos Machado

Título: Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro: as implicações de um governo sexista para a (re)existência das mulheres brasileiras

Banca Examinadora:

Professor Me. Leonardo Mello
Orientador

Professora Dra. Ana Flávia Madureira
Examinadora

Professor Dr. Lucas Amaral
Examinador

Brasília,
Dezembro de 2019

Agradecimentos

Agradeço aos familiares, colegas e amigos. Os que passaram, os que partiram e os que permaneceram. Vocês fazem parte da aventura que eu chamo de vida.

À minha avó Celcina (em memória), que antes de todos acreditou na importância da minha existência. Vivo como viva você é em mim.

Ao meu melhor irmão, João Vítor Martins que me ensinou que não há nada mais delicioso na vida do que, simplesmente vive-la, e que sempre é possível torna-la mais divertida, assim como as criações do Tim Burton. Saiba que “de todos os loucos do mundo eu quis você, porque eu estava cansada de ser louca assim sozinha”. “Eu te amo infinito, meu guri”.

Agradeço ao meu pai, José da Cruz Machado. Meu “preto em jogada de samba” que me apoiou, e alegrou meus dias com suas divertidas e emocionantes composições. Sempre serei sua fã número um.

Ao meu padrasto João Martins, que mesmo passada a necessidade social escolheu ser pai. Agradeço pela ajuda, pelo apoio e pelo carinho.

À minha querida Dzinha, a mãe que a vida escolheu para me presentear. Nunca irei me esquecer do acolhimento e do amor que dedicou a mim, mesmo sabendo que eu não poderia oferecer nada em troca. Te amarei para sempre. E, espero um dia conseguir retribuir um pouco de tudo que me proporcionou.

Ao Tio Fernando, por ter me incentivado, por ter ouvido com carinho minhas dificuldades e lamentações, e pelos conselhos que foram tão importantes no caminho para que eu chegasse até aqui. Muito grata “meu caboclo do sertão”. Você, com certeza “só tem amor no coração pra oferecer”.

Às minhas Crionças, por terem me ensinado que podemos ser crianças até o fim de nossas vidas, e que gestos simples como contar histórias de terror tem um enorme potencial para fortalecer os nossos laços.

À minha amora Joyce Avelar, por me mostrar que a vida acadêmica não é só a dor da produção, nem tão somente, a busca morosa pela formação profissional, mas a alegria de viver e (r)encontrar pessoas cheias de luz. Nos alcançamos há poucos passos da linha de

chegada. No entanto, aqui surgem novos caminhos para serem trilhados. Espero que possamos caminhar juntas.

Agradeço, ainda, a todos os meus professores que contribuíram para minha formação acadêmica e para meu crescimento pessoal.

À professora Regina Pedroza por ter aceitado compor minha banca, mesmo sem ter acompanhado minha trajetória acadêmica.

Ao professor João Modesto pelo cuidado e pela responsabilidade afetiva que dedica a todos os seus alunos e alunas.

À professora Ana Flávia Madureira, por estar sempre aberta a compartilhar seus conhecimentos. E, sobretudo por ter acreditado na minha capacidade produtiva. Minha paixão pela pesquisa nasceu no nosso encontro.

Por fim agradeço, especialmente, ao professor e orientador Leonardo Mello. Muito grata por ter tornado esse processo criativo o mais gratificante do meu caminhar em Psicologia. Acredito que a leveza tenha morada no seu espírito. Sou uma pessoa melhor e, definitivamente, serei uma profissional melhor pelas incongruências do destino que me encaminharam ao seu afeto.

A todos os citados e não citados, os meus mais profundos e sinceros agradecimentos. Escrevo essas palavras com a emoção de quem realiza um sonho. Um sonho que não seria possível sem a presença de todos vocês.

Resumo

Historicamente, forças políticas extremistas serviram-se de discursos conservadores com o intuito de legitimar práticas discriminatórias e manter os privilégios de grupos em situação de poder hegemônico. Seguindo a atual onda conservadora, o governo do presidente Jair Bolsonaro destaca-se por demonstrações públicas de intolerância, principalmente em questões relativas a gênero. Levando em consideração que o novo governo tem pouca, ou nenhuma preocupação no que tange as ações de enfrentamento à violência contra a mulher, e que o discurso político baseado no fundamentalismo religioso cristão legitima o preconceito e a discriminação contra as mesmas, a monografia apresentou como objetivo analisar de que forma o governo Bolsonaro e seus preceitos fundamentalistas produzem novas vivências para as mulheres brasileiras. A pesquisa foi realizada com mulheres residentes no Distrito Federal a partir de uma proposta qualitativa, amparada pelas perspectivas teóricas e metodológicas da Cartografia. O estudo contou com o uso de observação participante, rodas de conversa e diários de campo para facilitar a compreensão e apreensão dos significados que as participantes dão as experiências vividas. Dentre as informações construídas pela análise do discurso, destacaram-se: a dificuldade apresentada pelas participantes para identificar as implicações do fundamentalismo religioso em suas vivências, a naturalização da dominação masculina no contexto social e cultural dessas mulheres, a presença de um sofrimento constante gerado pelo cumprimento dos papéis de gênero, o acirramento da solidão da mulher negra mediante os discursos racistas e a criação de diversas estratégias de resistência, principalmente aquelas ligadas à necessidade de autocuidado e de fortalecimento de grupos.

Palavras-chave: fundamentalismo religioso, governo Bolsonaro, gênero, resistência, cartografia.

Sumário

1. Introdução	1
2. Fundamentação Teórica	4
2.1 Fundamentalismo religioso e papéis de gênero.....	4
2.2 Religião e história política do Brasil.....	10
3. Método	31
3.1 Contexto e participantes.....	33
3.2 Procedimentos.....	33
3.3 Análise das Informações.....	34
4. Análise e discussão.....	35
4.1 Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.....	36
4.2 Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade.....	41
4.3 Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco, meus filhos foram muito bem-educados.....	55
4.4 As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem.....	62
5. Considerações (não) finais.....	67
6. Referências.....	70
6. Anexo: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	82

1. Introdução

A Constituição de 1988 representou um marco histórico para os direitos humanos no Brasil. No entanto, os direitos e garantias nela descritos são frequentemente limitados ou anulados em razão da aplicação de normas sociais, crenças ou tradições baseadas em formas de fundamentalismo. Apesar de o Estado pressupor um caráter laico em favor da ética democrática, e do processo de secularização ter sido fortemente difundido na modernidade, o que se observa é o uso crescente de preceitos religiosos na tomada de decisões políticas no país.

Essa relação entre política e religião tem colocado em risco as liberdades e os direitos de grupos sociais historicamente marginalizados. Com frequência, a religião é utilizada como forma de polarização moral da sociedade, separando falaciosamente os justos dos iníquos e promovendo, assim, o acirramento das desigualdades. Cabe salientar que a fé, nesse contexto, é utilizada como meio para limitar as liberdades democráticas. As forças políticas extremistas servem-se de discursos conservadores a fim de legitimar práticas discriminatórias e manter os privilégios de grupos em situação de poder hegemônico.

Não é novidade que o fundamentalismo religioso no Brasil, essencialmente cristão, exerce influência negativa nos processos de emancipação das mulheres. É permanente a obsessão dos fundamentalistas pelo controle das ações, e também do corpo feminino, o que naturaliza a subordinação das mulheres ao sistema patriarcal.

Uma das formas mais eficazes de fomentar a subserviência das mulheres é associar o feminino aquilo que é mal e desviante. O cristianismo oferece duas identidades do que é feminino: a primeira delas refere-se a Eva, a transgressora que trouxe calamidade ao mundo (1 Tim 2:14). Em contrapartida a Eva, a segunda imagem é a de Maria. Como redentora dos pecados é mãe submissa, servil e assexuada (Lu 1: 35-48). Tais papéis continuam sendo difundidos como parâmetros do caráter feminino. Dessa forma, mulheres que não se adequam

a essa condição recatada e conservadora estão a mercê da punição social naturalizada, assim como Eva foi punida pela força divina. Assim, a delimitação dos papéis de gênero baseados no fundamentalismo religioso cristão tem forte influência na normalização de práticas que atentam contra a integridade física e psicológica das mulheres.

A pesquisa “Visível e Invisível – A Vitimização de Mulheres no Brasil 2ª Edição”¹ realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentou dados sobre as diversas violências sofridas por mulheres em 2018. Segundo a pesquisa 21,8% das mulheres brasileiras (12,5 milhões) foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento e 536 foram vítimas de violência física a cada hora. Além disso, dados fornecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), apontam que o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de feminicídio num grupo de 83 países (Mapa da Violência, 2015).

Esses dados, inegavelmente alarmantes, refletem a manifestação das desigualdades de gênero instalada no país e demonstram a urgência do fortalecimento da laicidade para a criação de políticas públicas e sociais que propiciem a desconstrução dos papéis de gênero que normalizam a violência contra a mulher. Entretanto, as eleições de 2018 comprovaram um movimento oposto a esse processo. Considerado o período eleitoral mais violento da história brasileira, os últimos meses do ano foram marcados por discursos conservadores e extremistas, e por demonstrações públicas de intolerância.

Com diversas declarações fundamentalistas, inclusive em relação as mulheres, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república no segundo turno de conturbadas eleições. Seu discurso moralista acirrou a polarização já existente no país e deu voz a milhões de pessoas que, assim como ele, apoiam o conservadorismo político e social. O mesmo pôde ser visto em outras esferas do governo, a bancada evangélica manteve o poder já conquistado no

¹Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>

Congresso e vários outros cargos foram ocupados por candidatos com posições totalitárias e fundamentalistas.

Levando em consideração que o novo governo tem pouca ou nenhuma preocupação no que tange as ações de enfrentamento à violência contra a mulher, e que o discurso político atual legitima o preconceito e a discriminação contra as mesmas, cabe o questionamento: quais são as consequências desse avanço do fundamentalismo religioso no âmbito político para a vivência das mulheres brasileiras?

Tal debate faz-se relevante na Psicologia já que as concepções de papéis de gênero estabelecidas social e culturalmente afetam, de forma direta, as vivências e a subjetividade das mulheres. Refletir sobre o fundamentalismo religioso na política também possibilita compreender os mecanismos culturais que mantêm as desigualdades de gênero e culminam em práticas violentas e discriminatórias. Além disso, é de extrema importância escurecer² o papel da Psicologia nesse contexto, afirmando seu compromisso com a ética democrática e a dignidade humana.

Com base nisso, o presente estudo tem por objetivo geral:

- Analisar de que forma o governo Bolsonaro e seus preceitos fundamentalistas produzem vivências para as mulheres brasileiras.

E, seus objetivos específicos são:

- Analisar as relações entre religião, fundamentalismo religioso e política na perspectiva de mulheres brasileiras residentes no Distrito Federal;

- Identificar a presença de novas estratégias de resistência desenvolvidas por mulheres que estão vivenciando o contexto político atual.

² Escureço que minha produção tem como referencial uma epistemologia preta. Ao invés de “esclarecer”, buscarei sempre escurecer, lançando potência ao preto como via de consciência e iluminação.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Fundamentalismo religioso e papéis de gênero

Enquanto as sociedades contemporâneas reconhecem a opressão contra a mulher em seu modelo patriarcal e acolhem a luta feminista pela emancipação, o discurso fundamentalista continua sustentando e insuflando o patriarcalismo. Em seu discurso, o fundamentalismo religioso afirma que a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres é maléfica à sociedade, negando, assim, o direito da mulher realizar-se profissionalmente, o direito de ocupar posições de poder, o direito ao divórcio como alternativa lícita para a busca de felicidade e realização pessoal, entre outros (Gouvêa, 2008).

A rejeição da emancipação das mulheres se dá pelo fenômeno do dogmatismo, ou no engessamento teológico por extensão do conceito de fundamento. Todo pensamento sistemático possui fundamentos. Esta é uma característica do pensamento racional. Apesar disso, na maioria dos constructos teóricos de natureza religiosa, os fundamentos que baseiam as crenças são tidos como invioláveis e inquestionáveis. Dessa forma, os dogmas religiosos no fundamentalismo são vistos como “verdades absolutas”, não sendo passíveis de mudanças ou críticas (Gouvêa, 2008).

É nesse sentido de “verdade absoluta” que os papéis de gênero foram estabelecidos socialmente, com grande influência das instituições religiosas. O fundamentalismo religioso cristão parte do pressuposto de que existe uma constituição linear e intrínseca entre sexo, gênero e sexualidade justificando papéis de gênero a partir de uma visão biológica e determinista do que é ser homem ou mulher. O feminismo surge em contrapeso a essa visão, afirmando um caráter essencialmente social nas distinções de gênero (Louro, 1997).

Apesar do avanço nessa temática, o cristianismo no Brasil continua sendo um impeditivo para o progresso feminista, principalmente por difundir massivamente papéis de gênero nos quais as mulheres devem ser submissas aos homens dado seu sexo biológico e sua

condição de pecadora. A tradição religiosa cristã, pautada na Bíblia, culpou a mulher pela expulsão do homem do paraíso. De acordo com a história bíblica, Eva seduziu Adão para que comesse do fruto proibido. Como castigo, Adão teve que trabalhar duramente pelo pão, enquanto a punição da mulher foi a de ser dominada pelo homem e sentir dores durante o parto (Gen. 3:16). Eva, na tradição judaico-cristã, é um arquétipo das mulheres, e devido ao seu poder de sedução é considerada “inferior e perigosa”, e deve ser controlada pelo homem (Silva, 2013).

De acordo com Gebara (2000), estes textos são, na maioria das vezes, interpretados ao “pé da letra”, como se tivessem sido inspirados diretamente por Deus. Dessa forma, a mulher é vista como aquela que surgiu do homem e que o corrompeu, derrubando a harmonia com a qual os primeiros seres humanos viviam no paraíso. A história da criação tornou-se um mito fundador dos preconceitos contra a mulher, e extrapola as fronteiras religiosas, servindo como combustível para discursos que consideram a mulher como um ser naturalmente sedutor e, ao mesmo tempo, submisso ao homem. Ainda baseado no mito cristão da criação, o texto de I Timóteo 2:11-15 sustenta a subordinação das mulheres afirmando que elas não deveriam exercer outras atividades além daquelas relacionadas ao lar:

Não permito que ensine ou exerça autoridade sobre o homem, mas que esteja em silêncio. Porque Adão foi formado primeiro, depois Eva. Também, Adão não foi enganado, mas a mulher foi totalmente enganada e veio a estar em transgressão. No entanto, ela ficará a salvo por dar luz à filhos desde que continue na fé e no amor e na santificação junto com bom juízo.

De acordo com o cristianismo dominante, a mulher não tem capacidade de autonomia. Precisa ser vigiada, guiada, policiada, por que, a qualquer momento pode encarnar-se numa

“Eva” e tornar-se desviante. Eva foi apresentada na tradição como aquela que trouxe o mal ao mundo criando uma identidade feminina negativa. Como contraponto, construiu-se uma imagem feminina redentora desta que pôs tudo a perder: Maria, a mulher-mãe, submissa, que garante a sua salvação pela maternidade apesar da imagem virgem e casta. Assim, a sexualidade da mulher é arrancada de seu corpo e encerrada no âmbito da maternidade, na esfera da reprodução e da família. Para o cristianismo, a sexualidade e o erotismo da mulher não são sagrados e seu corpo para ser sagrado deve ser assexuado (Jarschel & Nanjarí, 2008).

As formas de inculcar esse papel cristão associado à mulher não se limitam a textos bíblicos. Edir Macedo (2002), fundador e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no livro *O Perfil da Mulher de Deus*, explica que o papel da mulher se relaciona com a responsabilidade pela família. A mulher deve ser submissa, obediente ao seu marido, que é “o Cabeça” da família (1 Coríntios 11:3; Efésios 5:22,24; Colossenses 3:18; 1 Pedro 3:1). O bispo também afirma que a mulher não é impedida de trabalhar. No entanto, a prioridade deverá ser sempre o espaço doméstico e seus afazeres, a casa deve ser deixada em ordem para a chegada do seu marido. Por fim, uma mulher deve ser virtuosa, significando uma mulher de fé, estimulando o marido em suas crenças, que fale somente quando é necessário, de forma tranquila e delicada e que se vista de forma discreta.

Líderes religiosos, com grande influência em todo o país, também utilizam exaustivamente os meios de comunicação em massa para angariar fiéis. A “Folha Universal” é um excelente exemplo dessa estratégia. Com mais de 2,5 milhões de exemplares, a “Folha Universal” é o jornal semanal da IURD. Atende todo o público evangélico e é usado como material evangelístico nas ruas e na internet. Cristiane Cardoso, uma das colunistas da Folha com temas voltados as mulheres, escreveu uma matéria em março de 2019 intitulada: “Como saber se você é uma cristã de verdade ou só mais uma crente?”. Nessa coluna, Cristiane

elucida quais características as mulheres devem ter para serem consideradas cristãs aos olhos de Deus, aproveitando para criticar as posturas que não condizem com esse padrão:

Para não se contaminar com o mundo você tem que se afastar de muita coisa que no mundo é considerado supernormal e até plausível. Um exemplo disso são os valores invertidos que hoje muitas mulheres têm tido a respeito do que é ser mulher de verdade, enquanto a Bíblia nos ensina o oposto do que se prega por aí. Qual bandeira você levanta: a da Bíblia ou as diversas sobre feminismo e empoderamento feminino?³

Para Louro (1997), uma das maiores contribuições dos movimentos feministas é a desconstrução da oposição binária feminino-masculino. O rompimento dessa dicotomia possibilita a compreensão e a inclusão de diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. Por esse motivo mulheres feministas são constantemente atacadas por alguns líderes religiosos. A concepção dos gêneros dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro, o que implica na negação de todos os sujeitos que não se enquadram em um dos extremos. Conseqüentemente, feminilidades díspares da produção hegemônica não são reconhecidas ou representadas como verdadeiramente “femininas”.

Outro material divulgado pela Folha Universal, na seção de cartas da “Mulher Cristã” da coluna “Coisas de Mulher”, respondia ao questionamento de uma leitora sobre a possibilidade da esposa de um pastor fazer faculdade: “Ela pode até fazer faculdade, mas isso não quer dizer que irá exercer a profissão, já que o pastor não tem morada fixa e ela, se for de Deus, não tem sonhos pessoais” (Folha Universal, Edição 980, 16/01/2011, p. 08). Esse

³ Disponível em: <https://www.universal.org/blog/coluna/post/como-saber-se-voce-e-uma-crista-de-verdade-ou-so-mais-uma-crente/>

trecho evidencia que, para o posicionamento cristão, a mulher deve abdicar de seus interesses pelo desejo de seu marido e, se não o fizer, não é verdadeiramente de Deus (Oliveira Filho, 2012).

A mulher independente é vista como iníqua, pois rejeita o homem como o chefe da família e não aceita o próprio criador que deu ao homem autoridade sobre toda a criação, e à mulher a capacidade de edificar o lar (Brunnet, Hörlle & Terra, 2010). Nesse sentido, esses papéis comportamentais tornam-se regras arbitrárias estabelecidas socialmente para definir a forma como seus membros devem se portar em seus relacionamentos interpessoais. O aprendizado de papéis pressupõe que as mulheres devem conhecer e agir de acordo com o que é considerado adequado ou inadequado. Dessa forma, as desigualdades entre os sujeitos não passam por uma avaliação devido a um caráter supostamente natural e intrínseco do sexo, assim como as complexas redes de poder que constituem hierarquias entre os gêneros (Louro, 1997).

As tentativas de inculcar um determinismo biológico aos papéis de gênero são as mais diversas. Geralmente estão ligadas a qualidades que chegam a ser desejadas pelas mulheres por serem bem vistas socialmente, resultando na aceitação entre seus grupos. Sobre tais qualidades, Cristiane Cardoso escreveu:

Vivemos numa época difícil de achar carinho, graciosidade, doçura e feminilidade. Com todos os tipos de movimentos e bandeiras pela igualdade entre homem e mulher, hoje já não se acha mais o que os dois tinham de tão distinto um do outro [...] A primeira coisa que você, mulher, deve saber sobre você mesma é que você já tem todas as características femininas que você pensa que não tem. Elas vieram com o seu DNA,

mas, como qualquer característica, por não serem desenvolvidas, ficam escondidas e parecem não existir, mas existem, e só precisam ser despertadas em você.⁴

Levar em consideração o caráter social do feminino e do masculino acarreta pensar que as diversas sociedades em seus diversos momentos históricos produziram diversos modelos de gênero, não sendo possível determiná-los por uma perspectiva essencialista biológica. O conceito de gênero passa a exigir um pensamento plural voltado para um processo, uma construção e, não para algo que exista a priori. Dessa forma, os movimentos que buscam equidade entre homens e mulheres consideram que as concepções de gênero divergem mesmo dentro de uma mesma sociedade, tendo em vista a diversidade de grupos étnicos, religiosos, raciais e de classe que a constituem (Louro, 1997).

Nessa oposição binária rígida, os dois polos se diferem e aparentemente são idênticos a si mesmo, negando as diferenças. Pela mesma lógica, a dicotomia equipara homem-mulher a outros pares de conceitos como: produção-reprodução, público-privado, razão-sentimento, dominação-submissão. É possível perceber, imediatamente, qual destes polos corresponde ao masculino ou feminino, evidenciando a prioridade e superioridade do primeiro elemento do qual o segundo descende. Assim, a proposta de desconstrução das dicotomias problematiza a constituição de cada um desses polos, demonstrando que um supõe e contém o outro em sua pluralidade (Louro, 1997).

A partir do exposto, pode-se inferir que a religião tem contribuído severamente para a subserviência das mulheres. E uma das formas mais eficazes e sutis referem-se aos papéis de gênero e a ligação do feminino ao mal e ao desviante, o que justifica e naturaliza sua exclusão e desqualificação de espaços de poder da sociedade. Uma das estratégias mantenedoras dessa desigualdade encontra-se na aliança entre a religião e a política brasileira. Vivemos um

⁴ Disponível em: <https://www.universal.org/blog/coluna/post/como-ser-carinhosa/>

momento no qual o fundamentalismo religioso busca legitimidade política para cercear direitos de grupos historicamente marginalizados mesmo após a secularização do Estado. As próximas páginas serão dedicadas a explorar de que forma se deu esse movimento conservador.

2.2 Religião e história política do Brasil

Durante longos períodos, as formas de governar foram pautadas na verdade religiosa. Tal verdade não poderia ser questionada e aqueles/as que o faziam eram excluídos/as ou até mesmo exterminados/as. Com a transição para a modernidade surge uma nova forma de produzir conhecimento. A lógica científica cria um novo modelo de validação dos discursos e o absolutismo da “verdade transcendental” perde espaço de poder. Assim, todo e qualquer discurso passa a ser questionado, até mesmo o religioso (Lionço, 2017).

O processo de secularização advindo da modernidade refere-se a diversos fenômenos políticos, sociais e culturais que desencadeiam uma redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas. Desse processo emerge o Estado moderno, no qual a lei torna-se racional e revisável dando espaço legítimo à democracia (Mariano, 2011). O marco histórico brasileiro da secularização é a Constituição republicana de 1891 que rompeu, formalmente, os laços entre Estado e Igreja. Esse fato muda a forma como o Estado passa a organizar suas práticas.

A Constituição de 1891, que seguiu o modelo estadunidense, também estabeleceu outras alterações com o intuito de secularizar o Estado: desvinculou os cemitérios públicos das igrejas, instituiu o casamento civil e estabeleceu a liberdade de culto e associação religiosa como direitos fundamentais. Já em 1934, apesar da Constituição manter o princípio que separa o Estado da Igreja, foi acrescentado a possibilidade de colaboração entre os dois poderes entre outras mudanças, como: a criação de feriados religiosos, o reconhecimento de

direitos civis nos casamentos religiosos e a inclusão do estudo religioso nas escolas (Machado, 2012). Tais alterações refletem a dificuldade de manter os interesses do Estado separados dos interesses religiosos cristãos.

Berger (2000) considera que a modernização não, necessariamente, levou a um declínio da religião. Para ele, observou-se, na verdade, a formação de um novo conjunto de significados das crenças, práticas e instituições religiosas. Assim, a tentativa de limitar a religião ao campo privado mostrou-se frustrada e ela ressurgiu em novas representações políticas e sociais. Algumas instituições religiosas perderam um certo poder social. No entanto, as crenças religiosas permaneceram na vida das pessoas o que possibilitou a permanência dessas instituições na esfera política.

Pode-se verificar a falha da secularização no poder que continuou a ser exercido pela Igreja Católica após o advento da República. Durante toda a segunda metade do século XX o Estado continuou concedendo um tratamento especial à Igreja Católica em detrimento dos demais grupos religiosos (Machado, 2012). Até 1940, os ritos de religiões de matrizes africanas eram reprimidos pela polícia e pelo judiciário, e enquadrados como feitiçaria e charlatanismo no código penal (Mariano, 2011).

Os dirigentes católicos também empreenderam esforços para dificultar a expansão das religiões protestantes. Em 1939, o Departamento de Defesa da Fé implementou uma política em oposição a fé protestante com o objetivo de proteger a “nação católica” (Rolim, 1985 citado por Mariano, 2011). Em 1953, a Igreja também criou o Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade como ofensiva à expansão de pentecostais, umbandistas e espíritas. Esse Secretariado tinha por finalidade condenar “falsas ideias e a expansão da imoralidade na vida pública e particular” (Mainwaring, 1989 p.53 citado por Mariano, 2011).

Apesar do esforço da Igreja católica para frear o crescimento de outras religiões cristãs no país, dados do IBGE apontam para uma mudança acelerada na composição

religiosa. A representação católica declinou de 83,3% em 1991 para 73,8% em 2000 e 64,6% em 2010. Já a população evangélica passou de 9% em 1991 para 15,6% em 2000 e 22,2% em 2010 (Censo, 2010). O componente mais numeroso desse impressionante crescimento evangélico é o pentecostal com características fortes de moralidade rigorosa e ortodoxia bíblica (Berger, 2000).

Essa mudança drástica da composição religiosa brasileira também causou mudanças no cenário político. Os evangélicos que pouco se interessavam pela política passaram a se inserir nas esferas de poder do Estado com o intuito principal de proteger seus interesses das investidas católicas. Tanto que em 1985 foi promovido pela Ordem dos Ministros Batistas do Rio de Janeiro um seminário intitulado “Os Evangélicos e a Constituinte” o qual defendia em documento escrito a preservação da autonomia Igreja/Estado e o respeito às liberdades e aos direitos humanos (Mariano, 2011).

As eleições de 1986 para a Assembleia Geral Constituinte foi um marco dessa imersão evangélica na política brasileira. Trinta e três evangélicos foram eleitos, um grande salto em comparação a legislatura anterior que contava com 14 evangélicos. O número de pentecostais foi ainda mais considerável, subiu de dois para 18 parlamentares. Essa demonstração de força eleitoral chamou muita atenção dos jornais e dos partidos políticos das mais diversas orientações ideológicas (Mariano & Pierucci, 1992).

Nesse período, os políticos evangélicos afirmaram uma urgência na defesa de seus interesses e valores morais. Travaram uma batalha contra seus supostos adversários na elaboração da carta magna: os católicos, os homossexuais, as feministas, e as religiões de matrizes africanas. Para isso, se propuseram a combater no Congresso Nacional a descriminalização do aborto, o uso de drogas, o casamento homoafetivo e a imoralidade. Além de defender a moral cristã, a família, os bons costumes e a liberdade religiosa (Pierucci,

1989). Percebe-se aqui que a liberdade religiosa era referente, apenas, a liberdade cristã e que o pedido de separação Igreja/Estado de 1985 cabia apenas à Igreja Católica.

Nas eleições de 1989, os parlamentares evangélicos formaram outra frente para combater um novo inimigo: a esquerda e seu suposto ideal comunista. Durante o primeiro turno a orientação dada aos fiéis por seus representantes era a de que orassem e evitassem votar em candidatos “extremistas”, ou seja, de esquerda. No segundo turno, na disputa entre Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, esse posicionamento tornou-se mais acirrado. Os representantes políticos cristãos e os pastores, em sua maioria pentecostais, posicionaram-se a direita, ao lado de Collor, e não pouparam esforços para promover sua candidatura aos fiéis (Mariano & Pierucci, 1992).

Por fim, o medo da implantação de um regime comunista através do governo petista levou Collor à presidência no ano de 1989. Esse medo versava sobre a certeza de uma perseguição aos evangélicos que teria início com a anulação do direito constitucional que garante a liberdade religiosa. Nessa conjuntura, as políticas econômicas e sociais relacionadas a um governo de esquerda ficaram em segundo plano, tidas como de pouca relevância frente a perda de liberdade de culto das minorias cristãs (Mariano & Pierucci, 1992).

Nos anos que se seguiram, os evangélicos continuaram conquistando uma crescente representação nos poderes públicos, participando efetivamente da definição da agenda política em todos os níveis. Para Campos (2006), o voto evangélico em 1998 pouco alterou o quadro eleitoral. No entanto, esse segmento demonstrou força com a eleição de 44 deputados federais, em sua maioria da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, as duas maiores representações evangélicas do Brasil.

Em 2002, o número de parlamentares evangélicos atingiu seu ápice totalizando 68 deputados federais eleitos. Esse salto deve-se principalmente à mudança do discurso empregado durante a campanha eleitoral. O setor evangélico passou a usar a mídia de forma

ampla e consistente. O gesto de votar passou a ser uma função evangélica para “banir o mal” existente na política brasileira por meio de pessoas convertidas ao evangelho: os “verdadeiros cristãos”. Além disso, o crescimento no quadro de fiéis em um curto período de tempo e as alianças eleitorais desse período foram determinantes para esse resultado (Gonçalves, 2011; Oro, 2003).

O segmento evangélico tomou força de forma distribuída no Congresso Nacional. Porém, no que tange a partidos políticos e orientações ideológicas estavam concentrados nos partidos tradicionais de direita e centro-direita. Nesse período avançaram na participação política com a criação da “Frente Parlamentar Evangélica” que uniu deputados de diferentes filiações partidárias e denominações evangélicas. Também houve destaque no desempenho de senadores evangélicos em propostas de Projetos de Lei e Emendas Constitucionais (Gonçalves, 2011).

Já em 2006, o número de parlamentares evangélicos declinou para 46 representantes. O envolvimento dos atores políticos evangélicos nos escândalos de corrupção do primeiro governo Lula acabara contrariando o discurso dos líderes religiosos sobre o reestabelecimento da ética e da moral do Estado. Vinte e oito políticos da “Frente Parlamentar Evangélica” foram investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso Nacional para investigar o envolvimento de políticos nos casos de corrupção (Machado, 2012).

Em 2010, contudo, 69 evangélicos entraram para a Câmara Federal, demonstrando que o declínio da representação cristã nas esferas de poder tinha sido temporário, e que a retomada de temas tradicionalistas como o combate à homossexualidade e ao aborto surtiu efeito positivo para a colaboração dos fiéis (Machado, 2012). Em 2014, 67 deputados e três senadores formaram a “Frente Parlamentar Evangélica” (FPE). Dos 70 parlamentares, 47 reelegeram-se em 2014, e cerca de 17 estavam no terceiro ou quarto mandato. Esse número

ainda oscilou, assim como nas candidaturas anteriores. No final de 2016, já eram 90 parlamentares registrando o aumento constante nas últimas legislaturas (Tadvald, 2015; Machado, 2017).

Esse crescente protagonismo de atores evangélicos reflete numa radicalização da agenda moral conservadora. Formou-se, junto com as frentes parlamentares religiosas, um embate conservador contra as conquistas e a visibilidade das minorias, e este é um dos maiores obstáculos na garantia de direitos fundamentais para grupos historicamente marginalizados. Ao longo dos anos, a agenda política moral tomou como alvo, principalmente temas relacionados a igualdade de gênero e a diversidade sexual. Organizados em grande número no Congresso, as lideranças religiosas têm causado os mais diversos tumultos morais no intuito de cercear direitos e políticas às mulheres e à comunidade LGBT (Facchini & Sívori, 2017).

É importante ressaltar que a “Frente Parlamentar Evangélica” recebe apoio de outras frentes conservadoras, além de acomodar uma parcela de políticos que não necessariamente declara-se religiosa. Majoritariamente alocados em partidos de direita, tais parlamentares encontram aliados naqueles que acreditam numa versão atualizada de ameaça comunista chamada Direitos Humanos. Desse modo, constitui-se um verdadeiro exército político com ideais em comum: a meritocracia no setor econômico, uma agenda reguladora e restritiva na moralidade pública, punição e repressão nas políticas de segurança e, por fim, manifestações de intolerância nas interações sociais (Carvalho & Sívori, 2017; Facchini & Sívori, 2017).

A principal estratégia adotada pela liderança evangélica é a de convocar a população para fazer parte de uma visão idealizada do “povo de Deus” afirmando-os como maioria nacional e detentores da bondade e da moral humana. Nesse sentido, provocam ansiedades públicas através de relatos nos quais os direitos das mulheres, entre outras minorias, seriam ameaças à integridade da família brasileira (Facchini & Sívori, 2017). Esse alarde social, tem

como intuito, por muitas vezes efetivo, silenciar as pautas feministas que há muito tempo lutam por direitos como o voto, o divórcio, a igualdade de gênero no trabalho, a liberdade sexual, a contracepção e o aborto.

O aborto é um tema recorrente tanto por pressão do movimento feminista quanto pela resistência da liderança religiosa. O projeto de lei 1.135/91 foi o primeiro a prever a descriminalização da interrupção de gravidez com o consentimento da gestante. Segundo os autores do projeto, a alteração do Código Penal se justificava devido às mudanças sociais ocorridas desde a implementação do Código. Para eles, havia uma necessidade de adequar as leis aos novos valores e necessidades, incluindo os direitos das mulheres enquanto pessoa humana. Como esperado, o projeto passou a ser alvo de ferrenhas críticas dos parlamentares cristãos. Sua votação só ocorreu em 2008 e em 2011 ele foi arquivado. Considerado um marco de tensões entre aspectos éticos, políticos e religiosos esse fato retrata a força ainda existente do cristianismo sobre o Estado pós secularização (Gonçalves, 2016).

O PL 1.135/91 não foi aprovado. No entanto, sua criação gerou uma série de respostas dos parlamentares cristãos. Com o intuito de “proteger” as crianças e as famílias contra as investidas feministas, deputados e senadores católicos, evangélicos, espíritas ou simplesmente contrários ao aborto passaram a se unir em frentes parlamentares contra um inimigo comum (Gonçalves, 2016). Em 2011, o deputado Roberto de Lucena, até então pastor presidente da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”, vice-presidente da “Frente Parlamentar Evangélica”, vice-presidente da “Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida” e coordenador da “Articulação da Frente Parlamentar contra o Aborto”, proferiu o seguinte discurso em sessão plenária na Câmara dos Deputados:

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, na tarde de ontem, tive a oportunidade de participar de um funeral. Deputado Amauri Teixeira, Deus é minha testemunha de que

foi a primeira vez que isto aconteceu: fui a um funeral feliz, alegre; eu fui a um funeral com o coração celebrante, para comemorar. Ontem tivemos a oportunidade de participar do funeral e do sepultamento do Projeto de Lei nº 1.135, de 1991, e dos seus anexos, que previa a interrupção da gravidez em qualquer estágio gestacional. [...] Chega de sangue derramado! Vamos dar um basta ao sangue derramado neste sagrado solo brasileiro. O aborto é também uma forma de violência e de agressão. Vamos dizer “não” ao derramamento de sangue e vamos todos dar as mãos na construção da cultura da paz e da nossa posição de respeito à vida. Que Deus abençoe o Brasil!⁵

O discurso do deputado reflete uma valorização do feto como ser humano detentor de direitos. Em nenhum momento, as lideranças religiosas levam em consideração as milhares de mulheres mortas em procedimentos abortivos clandestinos. Segundo Naara Luna (2014), existe uma relação hierárquica entre a mulher grávida e o feto. Na perspectiva antiaborto dos fundamentalistas religiosos, a mulher é considerada apenas como suporte para o desenvolvimento do embrião, não cabendo a ela decidir a interrupção da gravidez já que a vida é sagrada e está acima dela. Nesse sentido, “a humanização do feto parece implicar a desumanização da mulher” (Luna, 2014, p. 267).

A elaboração e implementação da Norma Técnica “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes” de 1999 também foi uma das ações que impulsionaram respostas das frentes parlamentares religiosas. As orientações do documento foram tomadas como tentativa de legalizar o aborto e sobrepor o Executivo ao Legislativo. Assim que a primeira edição da Norma Técnica foi lançada, Severino Cavalcanti introduziu o Projeto de Decreto de Lei 737/98 que propunha sustar a citada norma. A interrupção de gravidez decorrente de estupro está prevista no Código Penal

⁵ Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26AGO2011.pdf#page=79>

desde 1940. No entanto, os esforços para invisibilizar essa garantia, são constantes (Gomes, 2008).

Ainda nessa pauta, na legislatura de 2003 a 2006 houve 13 projetos de lei com perspectivas antiaborto. Cinco deles eram referentes a criação de direitos e proteção do nascituro. Os demais, tinham como propósito definir o aborto como crime hediondo, aplicar pena para o aborto eugênico, criar uma central de atendimento para denúncias de aborto, estabelecer registro público de gravidez, propor orientação à gestante em decorrência de estupro, proibir a comercialização de pílulas do dia seguinte e punir o aborto em caso de violência sexual. Um outro projeto disciplinava clínicas de reprodução humana a fim de limitar a fecundação de óvulos e impedir o aborto seletivo de embriões (Luna, 2014).

Dentre os citados projetos, destaca-se o de número 6.150/2005 que trata do Estatuto do Nascituro. Apresentado pelos deputados católicos Osmânio Pereira (PTB-MG), e Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP), o referido estatuto defendia que o nascituro deveria ser considerado um humano concebido com pleno gozo dos direitos de personalidade. Segundo o projeto, leis deveriam ser criadas para garantir a proteção do nascituro, pois este adquire natureza humana na concepção (Gonçalves, 2016). No projeto também estava previsto o aborto como crime hediondo. Nesse tocante o projeto determina: “A pena para o aborto será cadeia de verdade! Parece até um sonho diante da impunidade reinante neste país para quem mata criancinhas” (Projeto de Lei 6.150/2005 p. 11).

O estatuto, assim como outras proposições, foi uma contestação às deliberações da “I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres” (2004). Nela, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres instalou uma Comissão Tripartite que, sob a sua coordenação, elaborou um substitutivo ao PL 1135/91. O debate foi retomado, porém a proposição foi rejeitada na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) por seu novo relator, o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), reconhecidamente contrário ao que considera

mudanças liberalizantes na Legislação e membro da Frente Parlamentar Evangélica. Pouco tempo depois, sob a relatoria do deputado Eduardo Cunha na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), o projeto também foi rejeitado e, concluindo a sua tramitação, foi arquivado na Câmara dos Deputados (Vital & Lopes, 2013).

Assim, o projeto de lei 6.150/05 foi uma reação mais forte e organizada dos setores religiosos e conservadores naquele espaço de disputa, seguindo o aumento substancial do número de evangélicos nas esferas de poder. Apesar de ter sido arquivado em 31 de janeiro de 2007, foi resgatado na íntegra através do Projeto nº 478/07. Além disso, os parlamentares se organizaram em uma “Frente a Favor da Vida e Contra o Aborto” em 2005 e, na “Frente Parlamentar em Favor da Família” em 2007. Integrando-se, assim, em nome da defesa dos valores cristãos, da família tradicional e contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Vital & Lopes, 2013; Gonçalves, 2016; Machado, 2017).

Na legislatura seguinte, a proporção de projetos de lei aumentou em relação ao quadriênio anterior, totalizando 32 proposições prevenindo o aborto. Vários dos projetos versavam sobre auxílios para mulheres que tivessem filhos resultantes de estupro, ou orientação sobre as consequências do aborto a mulheres autorizadas legalmente a interromper uma gravidez decorrente de violência. O objetivo era desestimular o aborto mesmo em casos legais (Luna, 2014). Conhecido como “Bolsa Estupro”, o projeto de lei com maior repercussão previa 18 anos de auxílio à gestante que optasse por não realizar o aborto, pago pelo autor da violência. Definitivamente, o PL 1.763/07 desconsidera o risco à saúde mental das vítimas, além de ignorar a situação de inúmeras crianças e adolescentes que engravidam em decorrência de abuso sexual, muitas vezes de um familiar (Gomes, 2008; Schuck, 2013).

A partir de 2010, as investidas conservadoras não só se mantiveram como progrediram. Com ênfase no poder da mídia e das redes sociais, as frentes evangélicas formaram alianças e causaram pânicos morais na sociedade brasileira. Os debates e as críticas

aos papéis de gênero haviam se intensificado. Consolidou-se uma nova batalha contra as minorias para que programas que visavam a redução do preconceito e da discriminação não chegassem as escolas. Assim, o conservadorismo batizou de “ideologia de gênero” propostas que visavam proporcionar igualdade de gênero e refutar os papéis socialmente estabelecidos aos homens e mulheres a partir da educação.

Esse movimento coincide com a retomada do “Movimento Escola sem Partido” (MESP). Fundado em 2004, o movimento focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde a ditadura militar. O receio sobre as discussões de papéis de gênero cresceu com as iniciativas de combate à homofobia e ao sexismo nas escolas. Como forma de silenciar o debate, as frentes evangélicas deram nova voz ao MESP fundindo à sua pauta original política, o campo moral da educação.

Após seis projetos anteriores com o mesmo teor, Magno Malta apresentou o PLS 193/2006. A proposição buscava incluir o “Programa Escola Sem Partido” nas bases e diretrizes nacionais de educação. O projeto de lei assegurava o direito de pais exigirem educação religiosa e moral para seus filhos de acordo com suas convicções e vetava qualquer prática que envolvesse teorias relacionadas a gênero. Em parágrafo único, o PL permitia apenas práticas pedagógicas que estivessem em “harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo” dos alunos/as. Além disso, a proposta incitava a denúncia de professores/as e escolas que oferecessem “práticas educativas orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos” contrários ao texto da lei (Miguel, 2016; Projeto de Lei 193/2006 p. 2).

Dessa forma, o MESP em combate com a “ideologia de gênero” passou a anunciar uma suposta catástrofe social trazida pelos movimentos feministas e LGBT. Segundo eles, permitir que as crianças questionassem os papéis de gênero e a marginalização da comunidade LGBT implicaria na total destruição da família brasileira. Para frear tais

avanços, as lideranças religiosas se empenharam em fortalecer os papéis designados a homens e mulheres pelo cristianismo. Nas palavras do deputado federal Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC) e pastor da Assembleia de Deus (Vital & Lopes, 2013, p. 155):

As feministas lutam pelo direito delas, o que é legítimo, o que a democracia permite, mas o que vem por trás de tudo isso, de maneira subliminar, é o que me assusta, porque quando você estimula uma mulher ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como ser mãe começa a ficar anulada, e pra que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, e você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos” (Brasília, 13 de junho de 2012).

Para Lia Zanotta Machado (2016), essa objeção à uma suposta “ideologia de gênero” parte de um pensamento enviesado, mas não inocente das teorias de gênero já que as posições contrárias desconhecem ou distorcem tais teorias. A finalidade é obrigar pessoas que nascem do sexo masculino ou feminino a cumprir papéis previamente estabelecidos. Assim, homens e mulheres devem constituir famílias tradicionais como se isso fosse da natureza de cada um, dado ao homem o dever de se constituir como chefe de família e à mulher o dever de ser obediente a seu marido e gerar filhos.

Em sessão solene em homenagem à criação do “Dia Nacional de Valorização da Família”, realizada na Câmara dos Deputados em 20 de novembro de 2012, foi proferido

discurso pelo pastor Silas Malafaia valorizando a família tradicional, formada por homem, mulher e filhos, como “instituição divina” e reafirmando o modelo patriarcal como o que deve ser defendido. Em crítica ao movimento feminista, o deputado ainda enunciou em espaço na mídia (Cunha, Lopes & Lui, 2017, p. 165):

Tem algumas feministas que se assustam quando a gente fala que a autoridade pertence ao homem e elas não sabem definir o que significa autoridade. [...] E agora querem destruir as figuras da família, a desconstrução da heteronormatividade e a desconstrução dessa família nuclear. E nós vamos ver o que vai acontecer nas gerações futuras, o desarranjo social.

Nessas narrativas pode-se perceber que cabe à mulher um papel secundário dentro da família tradicional. Tais discursos sustentam o lugar tradicional de subordinação, obediência à autoridade masculina referida por Silas Malafaia como o marido. Assim, proposições como as descritas nessa seção visam, unicamente, reinstaurar e engrandecer o poder masculino, e em seu nome, reestabelecer o controle sobre as mulheres brasileiras. Dada luz à essa concepção sobre o lugar subordinado das mulheres, fica claro o motivo dos defensores de fetos nada dizerem sobre as mulheres como sujeitos de direitos. Eles não as percebem como tal (Machado, 2017).

Outro fator importante que retrata o poder atingido pelos políticos religiosos ocorreu durante as eleições de 2010. No decurso do processo eleitoral que levou a primeira mulher à Presidência do Brasil, a frente conservadora não mediu esforços para transmitir informações que fossem desfavoráveis à candidatura de Dilma Rousseff. Receosos com o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) lançado em 2009 que abordava temas como a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos na ditadura militar e a

descriminalização do aborto, os parlamentares cristãos posicionaram-se contra o governo petista (Machado, 2012).

Vários líderes religiosos e integrantes Bancada Evangélica posicionaram-se contra a candidatura de Dilma orientando os eleitores cristãos a não votar numa candidata favorável ao aborto. A exemplo disso está a carta “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, da autoria do Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo de Guarulhos-SP. Entre outras considerações, o manifesto recuperava a história do PT e rechaçava o voto na candidata Dilma (Vital & Lopes, 2013, p. 81):

A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico. Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto. Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não deem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais ‘liberações’, independentemente do partido a que pertençam.

A conclusão da liderança religiosa é de que o governo petista era parte de um movimento que, juntamente com instituições feministas e agências internacionais, visavam a introdução da “cultura da morte” no Brasil. Nesse cenário de turbulência na campanha de Dilma, a diferença nas intenções de voto entre ela e seus adversários diminuía progressivamente. Assim, para receber o voto cristão, Dilma recuou nos discursos envolvendo a moral sexual e reprodutiva e se comprometeu a não levar a frente qualquer iniciativa que afetasse a “família brasileira” (Vital & Lopes, 2013).

É importante notar que todas as autoridades religiosas que se posicionaram contra Dilma Rousseff com a justificativa de impedir o avanço feminista e salvar os embriões eram homens. Apesar de compor a maioria do eleitorado brasileiro, o número de mulheres do Poder Legislativo ainda é ínfimo em comparação aos homens. Essa realidade também é um reflexo da pouca confiança que a sociedade deposita em mulheres que ocupam espaços de poder. Ainda assim, as poucas deputadas presentes no Congresso, não se pronunciaram fazendo com que apenas homens negociassem o voto evangélico. Um voto a favor da família tradicional e contra os direitos das mulheres (Gonçalves, 2016; Oliveira & Ribeiro, 2013; Souza, 2013).

Apesar do pacto com as frentes religiosas e seus seguidores, o fantasma da “ideologia de gênero” e da “escola sem partido” voltaram-se contra a Presidente durante a votação do impeachment. Três deputados justificaram seu apoio ao golpe usando argumentos relacionados à doutrinação nas escolas e a igualdade de gênero. Um deles foi o coordenador da “Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana”, Givaldo Carimbão. Encaminhando a votação como líder da bancada de seu partido, definiu sua posição como a posição de cristãos “contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero” (Miguel, 2016).

Durante os anos que Dilma Rousseff passou no poder, as frentes parlamentares religiosas continuaram trabalhando para impor suas crenças conservadoras. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal autorizou a interrupção da gravidez de feto anencefálico mesmo com as manifestações contrárias dos parlamentares. Trabalharam ainda mais arduamente para impossibilitar à demanda feminista que chegou ao STF de permitir a interrupção da gravidez para aquelas mulheres cujas gestações tivessem sido atingidas por casos de microcefalia derivados da epidemia do vírus Zika. A proposta conservadora mostrou estar voltada ao

direito absoluto ao zigoto/embrião/feto, independente do seu estágio de desenvolvimento e em detrimento de qualquer demanda de direitos das mulheres grávidas (Machado, 2017).

Já no ano de 2014, o Legislativo passou a promover forte pressão sobre o governo contra o uso do conceito de “gênero” nas escolas. A ofensiva conservadora nessa frente teve efeito a ponto de o Congresso Nacional ter reprovado a inserção da temática de gênero no Plano Nacional de Educação em 2014. O projeto original propunha, entre as suas metas, a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. A bancada religiosa conseguiu impor a supressão dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. Ao fazer essa substituição pela noção mais geral de “desigualdades educativas, promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação”, de fato passou a restringir o alcance desses princípios (Machado, 2017; Vital da Cunha, Lopes & Lui, 2017; Carvalho & Sívori, 2017).

Nos anos seguintes, autoridades religiosas e representantes políticos encarregaram-se de fortalecer o pensamento social que ressignifica os direitos humanos para o direito à vida e à liberdade religiosa cristã. No lugar da aversão à mulher, como marcado pela longa história da Igreja, essa nova versão do fundamentalismo religioso passou a exaltar os papéis tradicionais. Dessa forma, a igualdade pretendida pelo movimento feminista representaria um rebaixamento da mulher e de sua dignidade como ser escolhido por Deus para gerar a vida e devotar cuidado (Luna, 2014; Miguel, 2016). A essa altura, ser feminista significava ser promíscua e pecadora, concepção difundida não só por homens, mas também por grande parte das mulheres brasileiras.

Foi nesse contexto extremista e conservador, que se instaurou o Governo de Jair Bolsonaro. Militar da reserva desde 1988, com o posto de capitão, Bolsonaro ficou conhecido por seus discursos de ódio direcionados, principalmente, a mulheres, negros e à comunidade LGBT. Passou a ser visto, inclusive internacionalmente, por suas visões consideradas

populistas e de extrema direita que incluem a defesa da ditadura militar no Brasil (1964-1985), e as práticas de tortura daquele regime. Em 2016, durante entrevista ao Programa Pânico, Bolsonaro afirmou que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”⁶. No mesmo ano, o referido deputado homenageou um dos torturadores mais temidos da ditadura. Dedicou seu voto a favor do impeachment à “memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!”⁷

Como militar, Bolsonaro era considerado por seus superiores uma pessoa agressiva, com falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos, e por isso era sempre repellido quando demonstrava intenção de liderar oficiais subordinados.⁸ Como deputado, apresentou pouca atuação na Câmara. Em 27 anos de mandato (1991-2018), Jair Bolsonaro teve, apenas, dois projetos de lei aprovados. Um deles estendia o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática e outro que autorizava o uso da fosfoetanolamina sintética.⁹ A substância ficou conhecida no Brasil como “pílula do câncer”. No entanto, testes demonstraram que ela não tinha nenhum efeito sobre a doença.¹⁰

Apesar de ter poucos projetos, Bolsonaro afirmou que esse não era o seu intuito como parlamentar. Seu trabalho é orientado para que projetos não sejam aprovados. Para ele, “tão importante quanto apresentar propostas, é rejeitá-las”, e “uma de suas contribuições” foi o combate ao material didático criado para enfrentar a homofobia, vetado na gestão petista da presidente Dilma Rousseff, em 2011.¹¹ De fato, Jair Bolsonaro trabalhou ferrenhamente em

⁶ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/jair-bolsonaro-erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar/>

⁷ Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160418000560000.PDF#page=91>

⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884332-bolsonaro-era-agressivo-e-tinha-excessiva-ambicao-diz-ficha-militar.shtml>

⁹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/05/em-27-anos-como-deputado-bolsonaro-tem-dois-projetos-aprovados>

¹⁰ Disponível em: <https://portugues.medscape.com/verartigo/6501722>

¹¹ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso,70001900653>

defesa da família tradicional e contra diversos direitos (até os já conquistados) das minorias brasileiras. E, exatamente dessa forma, tornou-se Presidente da República.

Jair Bolsonaro dizia-se católico ao longo de sua atuação parlamentar. Entretanto, durante a campanha para presidente, assumiu uma nova postura no intuito de conquistar o apoio da “Frente Parlamentar Evangélica” e o voto cristão conservador em assombroso crescimento no país. O slogan “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” reuniu a massa conservadora contra o inimigo em comum. A batalha contra as minorias e os direitos humanos tornou-se mais acirrada, pois, supostamente, a luta por direitos de grupos marginalizados enunciava a chegada iminente de um regime comunista.

Os pronunciamentos homofóbicos, racistas e misóginos afloraram o pânico social e, em nome de Deus, se deu a eleição mais violenta da história democrática do país.¹² Durante um comício em Campina Grande, no dia 8 de abril de 2017, o candidato Jair Bolsonaro posicionou-se firmemente em meio aos gritos e aplausos da plateia cativa:

Nós somos um país cristão. Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. É Estado cristão! E a minoria que for contra que se mude. Vamos fazer um Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar as maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem!¹³

Esse discurso expressa, claramente, o desprezo que o atual presidente tem pelos grupos historicamente marginalizados. Em 2003, Bolsonaro disse à Maria do Rosário, deputada petista reconhecida por seu trabalho como defensora dos direitos humanos, que não a estupraria “porque ela não merecia”. Já em 2014, manteve o mesmo posicionamento e ainda

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleicao-de-2018-sera-lembrada-pelos-casos-de-violencia-dizem-analistas.shtml>

¹³ Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-nao-tem-essa-historinha-de-estado-laico-e-estado-cristao-disse-bolsonaro-em-comicio/>

afirmou: “ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”¹⁴. Bolsonaro foi condenado judicialmente pela ofensa. Todavia, pode-se considerar no mínimo preocupante, que o presidente do país que ocupa a 5ª posição no ranking mundial de violência contra a mulher¹⁵, alegue, direta ou indiretamente, que mulheres dentro dos padrões sociais de beleza merecem ser estupradas.

O projeto de lei 6.055/2013 é outra manifestação da indiferença de Jair Bolsonaro em relação às mulheres brasileiras. Levada ao Congresso pelo Pastor Eurico, Marco Feliciano, Bolsonaro e outros 10 deputados¹⁶, a proposta visava revogar a Lei 12.845 de 2013 que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral a pessoas vítimas de violência sexual. Para os deputados, mulheres estupradas não deveriam ser atendidas pelo Sistema Único de Saúde SUS, porque essa era uma forma de preparar o cenário político e jurídico para a completa legalização do aborto.¹⁷

Uma outra forma de violência incentivada pelo presidente é o pagamento de salário com valor inferior para mulheres. Em entrevista ao Jornal Nacional em 2014, Bolsonaro declarou que mulheres deveriam receber menos porque engravidam. Segundo ele, os empresários têm preferência pela contratação de homens já que mulheres trabalham apenas cinco meses durante o ano em caso de gravidez. Quando questionado sobre qual seria a solução para o problema, Bolsonaro rebateu:

Eu sou um liberal, se eu quero empregar na minha empresa você ganhando R\$ 2 mil por mês e a Dona Maria ganhando R\$ 1,5 mil, se a Dona Maria não quiser ganhar

¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-mantem-pagamento-de-indenizacao-de-bolsonaro-maria-do-rosario-23464003>

¹⁵ Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>

¹⁶ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_autores;jsessionid=E1E1E0F7D1FAC9C180774726FA075EB1.proposicoesWebExterno1?idProposicao=586417

¹⁷ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1113741&filename=Tramitacao-PL+6055/2013

isso, que procure outro emprego! Se você acha que também não tá ganhando, que procure outro emprego. Eu que estou pagando, o patrão sou eu.¹⁸

Como Presidente já em 2019, Bolsonaro não mudou sua postura no que diz respeito aos direitos das mulheres. A nomeação de Damares Alves como ministra da “Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” atestou um tom de chacota a esse segmento. Damares é pastora evangélica conservadora, crítica ferrenha do feminismo, contra o aborto e a favor do “Estatuto do Nascituro” e do “Programa Escola Sem Partido”. Em dezembro de 2018 a ministra declarou que “a gravidez é um problema que dura apenas 9 meses”¹⁹ Essa é só uma amostra do despreparo de Damares para ocupar um cargo que demanda tamanha responsabilidade.

Em audiência da “Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres” na Câmara dos Deputados, que debateu o plano do governo para o enfrentamento da violência contra a mulher, Damares afirmou que, em sua concepção cristã, a mulher deve ser submissa ao homem no casamento²⁰, reforçando os papéis tradicionais que deixam as mulheres em desvantagem social em relação aos homens e sustentam as bases da violência de gênero. Em março de 2019, o Ministério lançou um programa nacional de proteção à mulher que usa a colaboração de profissionais da beleza. No discurso de lançamento, Damares relacionou a igualdade de gênero com a violência contra a mulher:

Enquanto nossos meninos acharem, ministro, que menino é igual a menina, como se pregou no passado algumas ideologias, já que a menina é igual, ela aguenta apanhar.

¹⁸ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/confira-a-entrevista-dada-por-bolsonaro-em-2014-citada-pelo-candidato-no-jornal-nacional-cjkfdf5op00ns01muzcwifo8.html>

¹⁹ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/gravidez-e-um-problema-que-dura-so-9-meses-diz-damares-alves>

²⁰ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/damares-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento>

Nós vamos dizer para eles que elas são iguais em oportunidades e direitos, mas diferentes fisicamente e precisam ser amadas.

Em seguida a ministra falou como deve ser o comportamento dos meninos e como isso deve ser tratado na escola:

Nós vamos ensinar aos nossos meninos nas escolas a levar flores para as meninas. Por que não? Abrir porta do carro para mulher, por que não? A se reverenciar para uma mulher, por que não? Nós não vamos estar, dessa forma, colocando a mulher em situação de fragilidade, não. Mas nós vamos elevar a mulher para o patamar de um ser especial, pleno, de um ser extraordinário. E é isso que a gente quer fazer lá na escola.²¹

Essas declarações estão pautadas, não somente no conservadorismo e no fundamentalismo religioso da ministra e do governo como um todo, mas também, na falta de informação e de competência para lidar com temas sensíveis como a violência contra a mulher. Pelos mesmos motivos, o governo federal atual tem promovido um desmonte do respeito aos direitos humanos, com o apoio de uma grande parcela da população que está dividida entre a direita e a esquerda, e conseqüentemente entre a honestidade e a corrupção, o crescimento econômico e a ditadura comunista, entre a família tradicional e a perversão; em última instância, entre o bem e o mal. Essa foi a estratégia utilizada durante as eleições, e continua sendo de muita utilidade na manutenção de um (des)governo Bolsonaro.

O propósito, nesse cenário, é gerar ansiedades sociais relativas à moralidade, em forma clássica de pânico moral, a fim de controlar a opinião pública e frear o avanço no

²¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/damores-lanca-campanha-de-protecao-a-mulher-com-ajuda-de-profissionais-de-beleza.ghtml>

reconhecimento dos direitos humanos. Para Carvalho e Sívori (2017), esse é um dispositivo comunicativo e mecanismo social capaz de agrupar pensamentos coletivos e deslocar significantes. O efeito desse mecanismo é o enaltecimento do empreendedor moral que o promove e a desumanização dos “bodes expiatórios” feitos responsáveis pela ameaça anunciada. Um segundo efeito, refere-se à capacidade de intimidar as/os cidadãs/ãos em geral, que se veem obrigados/as a assumirem o compromisso moral de se posicionar “do lado do bem”, pois de outro modo se imaginam encarnando o “monstro” criado pelos fundamentalistas. Nesse sentido, pela luta dos direitos das mulheres, o feminismo torna-se a ameaça e o conservadorismo, a salvação.

3. Método

Considerou-se adequado utilizar a cartografia como método para a realização da pesquisa, já que esta é uma poderosa ferramenta capaz de abarcar a complexidade demandada pelo tema. A cartografia social liga-se às ciências humanas e sociais na medida que trata, não apenas de um mapeamento físico, mas também, de movimentos, jogos de poder, relações, enfrentamento entre forças, modos de objetivação e subjetivação e práticas de resistência e liberdade (Prado Filho & Teti, 2013).

Desse modo, o método da cartografia não se refere a protocolos ou delimitações de regras em pesquisa, mas sim, uma estratégia de análise crítica e ação política que acompanha, descreve e analisa relações, trajetórias e a composição de dispositivos e suas consecutivas linhas de fuga, rupturas e resistências. Assim, o método permite traçar um diagrama de relações de poder dando visibilidade a dinâmica política de um campo social e, ao invés de reproduzir mundos preexistentes, produz novos tipos de realidade e novas formas de construção de verdades (Prado Filho & Teti, 2013).

Os dispositivos, aos quais a cartografia se propõe a analisar, dizem respeito a uma maquinaria social complexa que articula elementos e práticas de saber e poder produzindo efeitos de subjetividade. Compreendem modos de operação sutis, o caráter estratégico das instituições sociais, aspectos de diversidade, mobilidade, complexidade, entre outros. Portanto, a produção de subjetividade é a principal função ou consequência do dispositivo envolvendo jogos de objetivação e subjetivação dos sujeitos (Prado Filho & Teti, 2013).

Segundo Prado Filho e Teti, (2013):

A objetivação refere-se à colocação dos corpos e subjetividades dos indivíduos como objetos para o saber e o poder modernos, implicando toda uma diversidade de sujeições e controles, envolvendo a produção de corpos e de indivíduos concretos, presos a identidades visíveis. A subjetivação implica um movimento do sujeito em relação a si mesmo no sentido de reconhecer-se como sujeito de um enunciado, de um preceito, de uma norma, fazendo com que estes operem no seu próprio corpo (p.50).

Em outras palavras, o dispositivo é o conceito e o modelo para composição de um método de análise crítica das práticas cotidianas de poder, além de ser ainda alvo de estratégias de desmontagem e resistência. Por isso mesmo, constitui uma peça central da política moderna (Prado Filho & Teti, 2013). A cartografia ainda se mostra relevante a essa pesquisa, ao passo que traz uma nova perspectiva de problematização, contribuindo para a articulação de um conjunto de saberes, e favorece a revisão de concepções dicotômicas e hegemônicas. Por esse ângulo, o papel do/a pesquisador/a é central, já que a produção de conhecimento se dá a partir de suas percepções, sensações e afetos vividos em contato com o seu campo de estudo. Dessa forma, o campo de pesquisa não é neutro, nem livre de

interferências e, está centrado nos significados atribuídos pelo próprio pesquisador/a (Romagnoli, 2009).

3.1 Contexto e Participantes

Seis mulheres residentes no Distrito Federal participaram da pesquisa. A escolha das participantes se deu por conveniência. Não foram delimitados quesitos em relação à idade, raça, cor, etnia, religião e/ou classe social, dado que todas as mulheres em suas vivências têm forte relevância ao tema central da pesquisa. Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios, e foram escolhidos pelas próprias participantes, que elegeram nomes de mulheres as quais elas admiram. Os locais foram escolhidos de acordo com os próprios espaços de convívio e atuação social dessas mulheres. Assim, a inserção da pesquisadora se deu nos contextos em que as participantes estabelecem suas relações, seus afetos e seus posicionamentos políticos como casa, trabalho, ambientes de lazer e de manifestações políticas e culturais.

3.2 Procedimentos

Foram adotadas, como estratégias metodológicas da pesquisa: a observação-participante das vivências cotidianas das mulheres que fizeram parte do estudo, conversas informais decorrentes da presença da pesquisadora nesses contextos, e uma roda de conversa que buscou esclarecer a perspectiva das participantes sobre os seguintes temas: consequências das falas sexistas do presidente e seus seguidores para as mulheres brasileiras, implicações do fundamentalismo religioso na política e as expectativas das participantes para os próximos anos de governo. Todos os conteúdos foram registrados por meio de gravações e fotografias e autorizadas mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Numa perspectiva teórica e metodológica, a observação-participante permite a/o pesquisadora o contato com o cotidiano dos sujeitos que farão parte da pesquisa. Essa ferramenta também ajuda a compreender relações e discursos, além de possibilitar o estranhamento de situações que se encontram naturalizadas pelos sujeitos que as vivenciam em seu cotidiano (Martins, 1996; Spink, 2007). Já a roda de conversa tem como objetivo criar condições de diálogos entre os participantes, propiciando a reflexão e a discussão sobre o tema proposto (Afonso & Abade, 2008).

O estudo, ainda contou com o uso de diário de campo. Este é um instrumento pertinente para pesquisas em ciências sociais e humanas na medida em que possibilita a apreensão dos significados que as participantes dão as experiências vividas. Desse modo, o diário é utilizado como forma de descrever e ordenar as vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-los. O diário também foi utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico e as reflexões da pesquisadora, evidenciando todos os acontecimentos durante a pesquisa (Araújo *et al.*, 2013; Oliveira, 2014).

3.3 Análise das Informações

Foi adotado como método para a análise das informações a Análise do Discurso Foucaultiana que visa encontrar padrões na linguagem e significados a ela relacionados, dentro de contextos sociais e culturais. Segundo Nogueira (2008), práticas discursivas são práticas sociais produzidas através de relações de poder que controlam a ordem social. Nessa abordagem o foco está na identidade, nas mudanças sociais e nas relações de poder, sendo a linguagem “o local de lutas e conflitos onde as relações de poder se manifestam e se contestam” (p.237). Os discursos, além de legitimar as relações de poder existentes, têm o potencial de construir realidades alternativas permitindo práticas de resistência.

Portanto, a Análise do Discurso é adequada a essa pesquisa tendo em vista que ela considera o discurso como sendo fluido, com significados mutáveis, temporários e passíveis de questionamento. Nessa perspectiva, o foco deixa de ser o indivíduo e passa a ser a linguagem e sua capacidade produtiva. Ela ainda se liga ao método cartográfico por considerar a forma como as pessoas sentem, pensam e agem. Torna significativo, não só o que é dito, mas o que é experienciado. Dessa forma, a Análise do Discurso tem potencial farto para explorar questões que se colocam em prática através do discurso como: a dominação, as desigualdades e a exclusão social, tornando-se um instrumento para a construção de ideias, e não apenas um meio utilizado para descrever as interações humanas (Nogueira, 2008).

4. Análise e Discussão

Com o intuito de orientar a leitora (ou leitor) sobre o percurso de minha análise, foram elencados quatro eixos estruturantes. Sendo eles:

1. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos;
2. Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade;
3. Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco, meus filhos foram muito bem-educados;
4. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem.

Os títulos de cada eixo foram definidos a partir de falas do presidente Bolsonaro que suscitaram reflexões e afetações nas participantes durante a pesquisa. O primeiro deles versa sobre a presença do fundamentalismo religioso no governo e as circunstâncias que levaram Bolsonaro e seus seguidores ao poder. O segundo eixo apresenta a percepção das participantes acerca das implicações de um governo fundamentalista para suas vivências. O

terceiro busca evidenciar as especificidades carregadas por mulheres negras e as formas de opressão raciais exercidas pelo governo. E, por fim, o quarto eixo estruturante ocupa-se das estratégias de resistência utilizadas por essas mulheres para lidar com o momento político atual.

4.1 Brasil acima de tudo, Deus acima de todos

O fundamentalismo é um fenômeno religioso recente que surgiu nos Estados Unidos no início do século XX como uma teologia que se opunha às tendências modernas liberais da Europa, em especial as teorias evolucionistas e seu ensino nas escolas. Entre os anos 1909 e 1925, evangélicos conservadores divulgaram um texto, sob uma série de volumes, intitulado *The fundamentals*. Este texto destacava pontos “fundamentais” da teologia em relação a verdade, incluindo a afirmação absoluta da lei de Deus sobre os homens. Tais pontos, deveriam ser impostos na vida pública, assim como eram impostos nas igrejas (Souza, 2017; Santos, 2014).

A partir daí, a palavra fundamentalismo passou a ser utilizada para englobar todo e qualquer movimento reativo ao mundo moderno que fosse organizado por grupos religiosos com forte inspiração ideológica. Inseridos, portanto, movimentos católicos conhecidos como entreguistas, grupos protestantes e evangélicos radicais, partidos judeus ultraconservadores e movimentos muçulmanos de diversas origens (Baptista, 2003). Contudo, não pretendo com a presente pesquisa analisar toda essa gama de fundamentalismos impostos ao redor do mundo. Darei foco ao fundamentalismo religioso cristão, exercido no Brasil principalmente por religiões evangélicas protestantes. Fundamentalismo este, aqui entendido como a interpretação literal da Bíblia como princípio estruturante para a organização da sociedade em sua dimensão política, econômica, social e cultural (Santos, 2014).

O ponto comum entre os fundamentalismos é a recusa da modernidade. Uma resistência exacerbada em relação a ideia de que as leis são construídas e mantidas pelos homens e não por Deus e suas tradições. Nesse discurso a palavra “Deus” torna-se sinônimo de “bem comum”, o que justifica a imposição doutrinária religiosa a toda uma sociedade (Koltai, 2002). No Brasil, um elemento que tem ativado as forças conservadoras consiste no pânico social e moral causado pela ameaça de uma sociedade individualista e competitiva; pela violência nas ruas; e pelas injustiças sociais difundidas nos meios de comunicação. Nessa realidade confusa e insegura, os movimentos religiosos se apresentam como práticas tentadoras para solucionar as problemáticas sociais já que saúde, segurança e riqueza são bens prometidos pelo mercado espiritual (Souza, 2017).

Este era o cenário propício para discursos moralistas no qual o Brasil se encontrava no ano de 2018. Os sentimentos de insegurança e medo em relação a situação econômica do país favoreceu o discurso de salvação conservador e a cultura do medo tornou-se uma estratégia para implementar uma política neoliberal. Investir numa cultura de insegurança é vantajoso na medida em que há uma vasta produção de medo na qual a população deposita seu sacrifício. Sempre que houver medo do caos econômico e desorientação política haverá um “messias” disposto a salvar a nação (Souza, 2017). Nesse caso, o messias se chama Jair Messias Bolsonaro e seu slogan de candidatura é “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Todas as participantes da pesquisa conseguiram identificar pressupostos fundamentalistas nas ações e discursos do atual presidente Bolsonaro e seus aliados. Para Ana Valéria²², o fundamentalismo religioso é “uma forma autoritária e ultraconservadora de gerenciar uma religiosidade” e se apresenta como “uma tentativa de imposição de valores de

²² Ana Valéria é o nome da mãe da participante. Esta lhe é uma mulher negra de referência por ser uma mulher sensível e lutadora e que, segundo ela, sempre escolheu o amor e o cuidar diante das dificuldades.

uma religião para outros grupos que não são pertencentes a esta religião”. Durante a roda de conversa os participantes relembrou o discurso do presidente, já citado neste trabalho, no qual ele diz que as minorias têm que se adequar pois o Estado é cristão, exemplificando essa imposição de valores. Mais recentemente, o líder de governo anunciou que diversos espetáculos da Funarte²³ e da Ancine²⁴ serão censurados para “preservar os valores cristãos” e a família²⁵. Tais exemplos evidenciam a tentativa do governo de resgatar um fundamento cristão que supõe uma ordem natural absoluta dentro da sociedade secular (Souza, 2017).

Nesse sentido, Ana Valéria trouxe um desconforto que passou do seu posicionamento individual a um incômodo coletivo, quando disse: “eu acho que eles (fundamentalistas) usam um ideal que nunca aconteceu. Falam em nome de uma ideal como se o passado tivesse sido perfeito e tentam resgatar esse ideal”. Para Boaventura Santos (2014), essa é uma característica das culturas e sociedades colonizadas pelo capitalismo ocidental. Segundo o sociólogo, momentos de crise reforçam a busca por um passado glorioso suficientemente forte para criar um futuro promissor. O povo, vivenciando as dificuldades do presente, passa a acreditar que algo profundamente errado ocorreu na história para que a sociedade tenha se desviado do caminho e aceita, como única alternativa, retornar aos valores tradicionais cristãos.

O que se seguiu durante a roda de conversa, após essa reflexão, buscou identificar a quais grupos o presidente Bolsonaro estava se referindo quando afirmou que em seu governo haveria cortes de “benefícios e privilégios”²⁶. Ana Valéria seguiu o raciocínio: “Acho que o que mais me impressiona no governo Bolsonaro é como ele consegue fazer os próprios

²³ A Fundação Nacional de Artes – Funarte é o órgão do Governo Federal brasileiro cuja missão é promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país.

²⁴ A Agência Nacional do Cinema - Ancine é um órgão oficial do governo federal brasileiro, constituída com o objetivo de fomentar, regular e fiscalizar a indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.

²⁵ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/fascismo-bolsonaro-admite-censura-em-nome-da-familia-e-de-deus/?fbclid=IwAR2wjXKVdQ9cmHDjjMrIQ1NS3JVtbGkpDbeAT8QETVCIZWiZY7xdXVCIqjk>

²⁶ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-se-compromete-em-respeitar-constituicao-e-diz-que-cortara-privilegios,70002570650>

oprimidos se voltarem contra si mesmos (...) Tem consentimento da própria população na retirada de direitos. Não faz o menor sentido”. Este é, deveras, um questionamento relevante e legítimo. O que justifica o oprimido escolher como seu representante o próprio opressor?

Bauman (1998) afirma que os pobres de hoje são consumidores falhos, pois foram deixados para trás no mercado de consumo e só puderam ouvir a mensagem de sua insuficiência humana na sociedade pós-moderna. Para ele, a experiência de liberdade dessas pessoas é composta por escolhas arriscadas, o que significa aproveitar oportunidades e perder várias outras. Tais escolhas geram uma incerteza insuportável, pois acarretam a responsabilidade de lidar com as consequências advindas daquilo que foi escolhido. Dessa forma, o indivíduo não se sente autossuficiente ou confiante, precisa ser guiado e informado de seus próximos passos. Isso torna esse grupo mais suscetível às concepções fundamentalistas. O fascínio que a população tem pelo fundamentalismo provém da sua promessa de eximir os que creem das dores da escolha, do risco que a liberdade carrega. Assim, o fundamentalismo se constitui em discurso de poder no qual todos são e querem ser manipulados porque é mais seguro (Baptista, 2003).

O discurso Bolsonarista também carrega uma vantagem em relação a classe média. O sociólogo e pesquisador brasileiro Jessé de Souza aponta em sua obra *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato* (2014) que as classes sociais, além de bens e salários, disputam prestígio, reconhecimento e legitimação para o seu modo de vida. A elite legitima seus privilégios com o empreendedorismo. Como se a posse do dinheiro fosse mero detalhe ou consequência inata do bom gosto e estilo de vida. Não surpreende que estejam ao lado de governos de direita ou extrema direita como o de Bolsonaro para assegurar seu monopólio do capital econômico. A classe média, por sua vez, pauta-se na meritocracia e na superioridade moral para diferenciar-se da elite e para justificar seus privilégios em relação aos pobres. Dessa forma, a classe média brasileira simpatiza com o discurso moralizante do

fundamentalismo porque acredita que tudo que tem é por mérito e que suas conquistas só foram possíveis pela sua moral impecável.

Parece contraditório, mas o governo atual recorre a democracia para conseguir apoio popular sem, efetivamente, ser democrático e seu discurso moral político é, na verdade, gerador de violências. Outra estratégia eficiente utilizada para tornar isso possível é o proselitismo. Apoiado pela liberdade religiosa o proselitismo caracteriza-se pela liberdade de professar a própria crença e de buscar para ela novos crentes (Weingartner, 2019).

Analisando os textos bíblicos pode-se afirmar que o cristianismo tem uma base proselitista (Rocha e Lima, 2018). No evangelho de Mateus, por exemplo, capítulo 28, versículo 19, Jesus Cristo ordena: “Ide, portanto, e fazei discípulos de pessoas de todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo”. Apesar da pregação cristã estar constantemente atrelada a um discurso intolerante, o fundamentalismo encontra uma brecha na própria democracia para difundir seus discursos de ódio. Limitar a religiosidade cristã ao âmbito privado iria contra a própria crença naturalmente proselitista, e negaria, assim, o direito assegurado à liberdade religiosa (Rocha & Lima, 2018).

A linha que separa os direitos religiosos cristãos dos discursos de ódio é muito tênue levando em consideração que o fundamentalismo religioso prega supostas diferenças naturais existentes entre os indivíduos ao mesmo tempo que condena a diversidade humana. Essa também foi uma preocupação levantada pelas participantes. Berenice²⁷ pontuou:

A gente vive num país que se diz laico, mas a gente sabe que historicamente há uma religião que é preponderante. Acaba que muitas vezes as pessoas utilizam dogmas ou crenças dentro dessa religião para atacar outras pessoas, para tentar validar o que elas

²⁷ A participante escolheu a socióloga brasileira Berenice Bento para representá-la, primeiramente, pela afinidade afetiva de serem ambas nordestinas. Também considera a socióloga uma “pessoa excepcional na luta e nos estudos de gênero”, alguém que ela admira e se inspira pela “escrita forte e sem rodeios”.

estão falando, diminuir a outras religiões, ou tentar, por exemplo, agir de forma preconceituosa. É um pouco assustador porque as pessoas realmente têm uma crença muito forte nesses discursos contra o outro, que são discursos de ódio.

Mesmo que na ótica do direito universal à dignidade humana discursos como os que tem sido proferidos pelo Governo Bolsonaro sejam condenáveis, o Estado democrático de direito tolera as crenças fundamentalistas no espaço social e político dito secular. Assim, os discursos de ódio apresentam-se como forma de legitimar a violência, a exclusão e a subordinação de determinados grupos (Consani, 2015).

Incitar o ódio tem consequências devastadoras para grupos historicamente marginalizados criando-se obstáculos para a igualdade de direitos e oportunidades, além de causar profundo sofrimento psíquico aquelas/es que são vistas/os como inimigas das crenças hegemônicas fundamentalistas. Com isso em mente, buscarei elucidar, nas próximas páginas, de que forma as mulheres brasileiras são afetadas pelo governo Bolsonaro e seu discurso fundamentalista.

4.2 Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade

No dia 1º de janeiro de janeiro de 2019, em um gesto inédito na história das posses presidenciais, a esposa de Jair Bolsonaro discursou em libras, antes do marido, no parlatório do Palácio do Planalto. Em seu pronunciamento mudo, a primeira dama reafirmou o slogan da campanha “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos” e como encerramento agradeceu ao “amado esposo” e o beijou em meio aos aplausos do público²⁸. A mídia, em polvorosa, logo enalteceu a beleza, simpatia e simplicidade da primeira-dama, e tanto os meios de comunicação, como os apoiadores de Bolsonaro foram ágeis em afirmar que a

²⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546361496_407537.html

presença de Michelle na posse era prova de que o presidente eleito não menospreza as mulheres²⁹.

Particularmente, tive uma percepção diferenciada daquela transmitida pela grande mídia. Em princípio, me chamou atenção o figurino com o qual Michelle Bolsonaro se apresentou para o discurso. O tom rosa claro, geralmente atribuído a características femininas, transmitiu à primeira-dama (propositadamente, a meu ver), um ar de fragilidade e delicadeza remetendo à maternidade casta cristã. O vestido acinturado de decote ombro a ombro limitava-lhe os movimentos dos braços, e o modelo midi justo (abaixo do joelho), em consonância com os saltos elegantes, diminuíram-lhe a extensão dos passos. Por efeito do incômodo não pude deixar de questionar: não é, essa roupagem, mais uma estratégia sutil e concordada da dominação masculina?

Meu posicionamento mostrou-se alinhado com o conceito de “confinamento simbólico” apontado por Bourdieu (2012). Segundo ele, a forma que as mulheres devem ocupar os espaços, caminhar, sentar ou adotar posturas corporais convenientes estão estabelecidas pela lógica da dominação. Dessa forma, o vestido justo serve para assegurar que o território feminino permaneça limitado, enquanto os homens preenchem todo o ambiente a sua volta. Com efeito, as mulheres estão constantemente sendo disciplinadas e reprimidas pelas posturas que não lhe fazem parecer pequenas e confinadas em si mesmas. Isso inclui a forma de se vestir. Em conformidade com o argumento exposto, o texto de I Timóteo 2:9-10 diz: “Quero que as mulheres se vistam modestamente, com decência e discrição, não se adornando com tranças e com ouro, nem com pérolas ou com vestimentas caras, mas dum modo próprio das mulheres que professam reverenciar a Deus”. Percebe-se

²⁹ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2019/01/02/discurso-primeira-dama-michelle-bolsonaro-carisma.htm>

com o texto uma exigência para que as mulheres sejam discretas, contidas ou até mesmo apagadas.

Partindo dessa reflexão, também não pude deixar de notar que o discurso em libras parecia conduzir Michelle Bolsonaro ao lugar de silêncio ao qual espera-se que as mulheres ocupem. O silêncio feminino, há muito está relacionado com o contexto social, político, religioso e moral da cultura do ocidente e, tem função primordial na proteção dos papéis de gênero e nas definições patriarcais do casamento reforçando as ordenações de poder e mantendo a opressão e dominação dos homens sobre as mulheres (Diniz & Podaag, 2004).

Com uma pequena alteração do texto bíblico de João 1:1, Michelle Perrot (2005) escreveu: “no início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem” (p. 09). Essa frase da historiadora francesa nos lembra que o silêncio pertence as mulheres e que ele representa a sua posição secundária e subordinada em relação aos homens. Ao contrário do que foi dito pela mídia, concluo que a presença muda da esposa de Bolsonaro não significou uma mudança radical em prol da emancipação das mulheres, mas sim, a extensão da servidão feminina do círculo familiar para o Palácio do Planalto.

Cabe ressaltar que essas manifestações das diferenças entre os gêneros apesar de visíveis não são facilmente identificáveis. Muitos são os comportamentos cotidianos que funcionam como mantenedores da ordem estabelecida e inúmeros deles não podem ser percebidos sem uma análise aprofundada. Além disso, as mulheres incorporam, através da representação e da experiência, os princípios da visão dominante o que as leva a acreditar num padrão de normalidade dessas imposições sociais (Bourdieu, 2012).

Essa naturalização justifica as estratégias de dominação sutis envolvidas no discurso da primeira-dama terem passado despercebidas. Também me ajudou a compreender a dificuldade apresentada pelas participantes dessa pesquisa ao serem questionadas sobre as influências do fundamentalismo religioso em suas vidas. A maioria delas, quando deparadas

com a indagação, passou um certo tempo com o olhar perdido, como se nunca tivessem pensado sobre o assunto. Maria Paula ³⁰ chegou a dizer, sem identificar as influências das quais eu me referia: “não me afetou de forma alguma até agora”. Bourdieu (2012) tinha razão quando afirmou que “a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas” (p.17).

Percebe-se, assim, como ideias dominantes passam a estruturar as vivências e comportamentos cotidianos das pessoas sem que isso chegue a uma consciência refletida. Para Jessé de Souza (2017), esse foi um trabalho longo e silencioso do cristianismo para incutir nas mentes dos fiéis, padrões que os levariam à salvação. Essa ação, continuada no tempo, possibilitou a mudança na percepção de vida e no comportamento prático de uma imensa quantidade de pessoas. Como nunca refletimos sobre essa “ideia-força” e suas consequências, ela age de forma a hierarquizar o mundo com uma eficácia maior do que o próprio ordenamento jurídico. Sua naturalização é, exatamente, a sua fonte de poder.

Por outro lado, Jessé de Souza (2017) aponta que as consequências dessa hierarquia naturalizada são facilmente identificáveis. Maria Paula, logo após afirmar que o fundamentalismo religioso não tinha influência em sua vida, exemplificou os papéis de gênero em uma situação dentro da igreja que frequenta: “uma vez eu estava numa missa que é a Missa da Família, aí tinha um casal e eram três filhos. O cara do lado dela e a mulher tendo que cuidar das três crianças na igreja. As crianças tocando o terror e o cara lá sentado”. Questionei Maria Paula se essa divisão de atividades não era pregada pela própria igreja, ao que ela respondeu: “Ela impõe né? Aquela mulher ali estava seguindo um fundamento. Ela

³⁰ Maria Paula Andrade é uma jornalista e apresentadora negra que a participante conheceu durante sua adolescência ao procurar por algo que se identificasse em uma banca de revistas. “O que me chamou a atenção foram duas coisas: primeiro ela era formada em Jornalismo, e em seguida ela relatava que o mercado para apresentadoras negras era restrito e escasso. Ali eu vi uma possibilidade de eu mudar esse quadro me espelhando nela. A matéria terminava com uma frase: ‘Sou forte, guerreira, daquela que levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima.’ PONTO! Como mexeu comigo essa fala e essa matéria sobre Maria Paula eu pensei que mulher maravilhosa eu quero ser parecida com ela. Tornei-me fã! Hoje sou formada em jornalismo, trabalho com projetos culturais, na militância, luto pelos meus ideais e carrego onde quer que eu vá minha identidade e meu povo negro”. (Retirado de texto publicado pela participante em uma de suas redes sociais).

que tem que cuidar, ela que tem que fazer tudo (...) ele trabalha, a mulher fica em casa, cuida da casa, dos filhos”.

Berenice, por sua vez, articulou um posicionamento mais escurecido “a gente que estuda um pouco e entende um pouco sobre essas questões sabe que a religião cristã tem uma base sexista. O âmbito privado é onde a mulher deve estar e o público é o homem”. De fato, essa é a divisão entre os sexos que perdura até os dias atuais. Segundo Del Priore (2009), essa divisão foi crucial para o assentamento do colonialismo no Brasil. A maternidade serviu como estratégia para preservar os papéis de gênero ocidentais reafirmando uma função biológica exclusivamente feminina. Nesse sentido, tanto o Estado quanto a Igreja buscavam elaborar uma imagem de feminilidade que fosse adequada a seus objetivos. Na perspectiva cristã a sexualidade se justificava, única e exclusivamente, pela procriação e, somente pela dor e sofrimento do parto as mulheres podem se redimir de seus pecados.

Zanello (2018) ainda aponta que durante o século XVIII, com o fortalecimento do capitalismo, a divisão entre o espaço público e privado se enrijeceu. E, sua consolidação se deu pela instituição do casamento imposto pela Igreja Católica. Dessa forma, o espaço privado deveria ser ocupado pelo sexo feminino, pautando-se na concepção biológica da maternidade e confinando as mulheres as tarefas desvalorizadas do cuidado. Até hoje, aquelas que se recusam a encarnar esses papéis são criticadas, excluídas ou vistas como mulheres sem as “qualidades” que lhes deveriam ser inerentes.

Assim, fazer as mulheres acreditarem nessa suposta harmonia e complementariedade entre homem e mulher, público e privado, leva a outra estratégia eficaz mantenedora das desigualdades de gênero: a culpa. Além da obrigatoriedade de procriar, também é imposto as mulheres um ideal de maternidade. Por um lado, aquelas que seguem o padrão vigente passam por um processo de “empoderamento colonizado” (Zanello,2018). Essas mulheres são valorizadas socialmente quando vistas como uma boa mãe, boa dona de casa, boa

cuidadora. Em contrapartida, mulheres com comportamentos desviantes da norma sentem-se culpadas por não tentar ou não conseguir pertencer a ordem dita natural. Para Bourdieu (2012) esse tipo de sentimento expressa a aceitação (consciente ou não) dos limites impostos pelos dominantes aos dominados.

Ao longo da pesquisa, pude observar alguns efeitos sutis dessa dominação masculina. O primeiro deles ocorreu durante a roda de conversa. O encontro foi realizado num espaço cultural liderado apenas por mulheres e o convite, divulgado nas redes sociais, convidava mulheres para discutir as implicações do governo Bolsonaro em suas vivências. O fato, no mínimo curioso, é que um homem compareceu à roda, e afirmou em sua primeira fala que tinha contribuições relevantes ao debate. Ainda mais instigante para mim, foi perceber que nenhuma das mulheres presentes questionaram a legitimidade da presença masculina em uma roda de conversa destinada a mulheres.

No decorrer do debate, inclusive, chegou à minha percepção que o participante ocupou o maior tempo entre as falas, sempre tomando iniciativa para responder os questionamentos levantados. Suas opiniões, também eram cercadas de certeza, enquanto o discurso das mulheres presentes, geralmente, trazia mais perguntas do que respostas e, com frequência, se iniciavam com “eu acho” ou “não entendo muito sobre o assunto”. Além disso, as mulheres que compunham a roda concederam demasiada importância aos argumentos do participante e, em várias ocasiões, lhe deram a palavra como se buscassem esclarecimento sobre um tema distante e complexo. Nesse caso, suas próprias vidas.

Situação similar ocorreu durante meu encontro com Maria Paula. Compareci ao espaço cultural no qual Maria Paula trabalha, voluntariamente, como integrante de um coletivo formado na comunidade. Enquanto conversávamos, outro membro do coletivo, um homem, estampava camisetas para arrecadação de fundos destinados aos projetos da equipe. Perguntei a ela quais eram os papéis destinados à mulher de acordo com o fundamentalismo

religioso cristão. Depois de alguns segundos pensando, sem conseguir formular uma resposta que lhe parecesse adequada, Maria Paula voltou-se ao homem presente e disse: “vou pedir ajuda aos universitários. O que mais Moisés?”³¹. Moisés, prontamente articulou um argumento envolvendo questões sociais, culturais e históricas do fundamentalismo religioso de forma concisa e bem elaborada e, até o fim do encontro, Maria Paula retomou o que foi dito por ele para embasar sua fala.

Me percebendo como objeto de minha própria pesquisa, cheguei a questionar com essas duas situações: será que os homens estão mais conscientes sobre as consequências do fundamentalismo religioso na política para as mulheres brasileiras? Compreendi, pela minha própria indagação, que todas as participantes estavam aptas a falar sobre o tema, considerando que meu foco estava nas vivências e afetações dessas mulheres, e não, na sua capacidade de criar proposições com teor acadêmico acerca do conteúdo proposto. E, definitivamente, elas assim o fizeram. Já que ninguém mais poderia falar sobre suas dores, além delas mesmas.

Contudo, algumas considerações importantes surgem dessa presença masculina no campo. A participação de um homem numa roda de conversa para mulheres se justifica porque a ordem social funciona no sentido de reafirmar a dominação masculina. É possível perceber a força da visão androcêntrica, exatamente pelo fato de que ela dispensa justificção. Como ela se impõe como neutra não há necessidade de se enunciar um discurso a fim de legitimá-la (Bourdieu, 2012). Como resultado, todos os espaços públicos pertencem aos homens, mesmo que eles não tenham sido expressamente convidados. Além disso, os homens são socializados para defender o seu ponto de vista e para demarcar seu território de poder, o que nos auxilia a compreender o motivo pelo qual eles demonstraram mais

³¹ Nome fictício escolhido por mim considerando que a pessoa em questão não é participante direto da pesquisa. Moisés é o personagem bíblico que conduziu o povo de Israel à Terra Prometida.

segurança ao falar sobre um tema que dizia respeito as mulheres e, não a eles (Pondaag, 2009).

Do lado oposto, as mulheres precisam lutar, incessantemente, pelo espaço de fala. Quando o conseguem, precisam lutar pela atenção e pela credibilidade que não lhes é garantida como é garantida aos homens. Com frequência são interrompidas, orientadas ou dirigidas a um homem, que de boa vontade lhes esclarece a resposta a uma pergunta inteligente como se, por serem mulheres, elas não fossem capazes de fazê-lo. Nessa experiência contínua de invisibilização social, as mulheres tendem a mostrar-se desmotivadas para expressar opiniões e, passam a sentir que seus saberes são pouco relevantes, considerando que essa não é a postura esperada delas (Bourdieu, 2012; Louro, 1997).

Ainda pude constatar essa aceitação feminina de seu destino passivo ao assistir um vídeo do bispo Edir Macedo durante uma reunião da Igreja Universal, em setembro deste ano. Durante a pregação, o bispo usou suas filhas presentes no palco para exemplificar como mulheres que não estudam são mais felizes no casamento. Ele afirmou, em meio ao olhar consentido de suas filhas, que não permitiu a elas fazer uma faculdade porque se caso o fizessem, elas seriam “o cabeça” de suas famílias e, não seus maridos.³² A afirmação grotesca gerou gritos e aplausos em sinal de aprovação na igreja lotada. No entanto, causou indignação a Berenice que assistiu ao vídeo pela primeira vez durante nosso encontro:

Tem tantas coisas nesse discurso. Tão distorcido. Não é distorcido. É errado. Eu não gosto de usar errado ou certo, mas é tão problemático que é errado. É claro que as mulheres nessa perspectiva não podem ter acesso ao conhecimento porque o conhecimento liberta, o conhecimento faz você pensar, criticar, muitas vezes a situação

³² Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>

em que você está, o que você está passando, vivendo. Se o conhecimento faz isso, o que acontece com as mulheres se elas têm que estar num local inferior? Para as mulheres encontrarem a felicidade elas precisam encontrar um homem. E se elas não quiserem encontrar um homem? E se, na verdade, elas perceberem que podem encontrar a felicidade sozinhas?

Decerto, o discurso do bispo reflete não só a tentativa perversa de manipular suas seguidoras para um lugar de submissão, mas também, expõe seu menosprezo pelas mulheres e suas lutas. A esse ponto, é importante ressaltar que o líder da IURD e Jair Bolsonaro são parceiros³³, não apenas em questões políticas, mas em ideias e concepções acerca dos papéis das mulheres na sociedade brasileira. A exemplo disso, podemos citar a fala do presidente que deu nome a este eixo de análise. Iniciando com um posicionamento claramente homofóbico direcionado aos turistas estrangeiros, Bolsonaro afirmou: “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias”, e para concluir o pronunciamento atrelou o convite: “se alguém quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade.”³⁴

Pela afirmação dada, pode-se inferir que o presidente enxerga as mulheres brasileiras como objetos. No entanto, essa visão que busca desqualificá-las não parte apenas da ótica de Jair Bolsonaro e seu mentor político Edir Macedo. Toda a estrutura patriarcal do país reforçada pelo fundamentalismo religioso cristão e sua cultura de submissão feminina concebe as mulheres como meros objetos. Até mesmo o ato sexual é uma forma de dominação e de apropriação de uma posse. E, nesse cenário, o papel comum a todas as mulheres, sejam elas esposas ou prostitutas, é o de satisfazer os desejos sexuais dos homens

³³ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/edir-macedo-pede-que-deus-remova-quem-se-opoe-a-bolsonaro/>

³⁴ Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/bolsonaro-brasil-nao-e-paraiso-gay-mas-quem-quiser-uir-fazer-sexo-com-mulher-fique-a-vontade/>

(Bourdieu, 2012; Zanello, 2018). Não surpreende que todas as participantes dessa pesquisa afirmaram sentir raiva com a declaração do líder de Estado. Berenice ainda colocou:

Usar as mulheres, ok. Objetificá-las, ok. Está tudo bem se você quer transar com um objeto que é inferior. É para isso que ela existe. É sua natureza agradar o homem. Ainda bem que de natural isso não tem nada, mostra apenas como a nossa cultura e essa pessoa esdrúxula (nosso presidente) são constituídos dessa forma tão sexista e violenta. Quando ele traz isso ele tá só deixando claro o que ele pensa das mulheres, o que ele acha sobre em que lugar essas mulheres devem estar. Elas têm que estar nesse lugar de objeto, elas têm que ser usadas, elas têm que agradar.

O posicionamento lgbtfóbico do presidente ainda pode ser alvo de análise dessa pesquisa se compreendermos que essas construções discriminatórias também estão pautadas no desprezo as mulheres. Nesse sentido, para a construção de uma masculinidade hegemônica deve-se negar tudo o que é considerado feminino e compreende-se que a pior humilhação para um homem é ser transformado em mulher (Bourdieu, 2012; Zanello, 2018). Além disso, a visão cristã pressupõe uma linearidade entre sexo, gênero e sexualidade. No primeiro livro bíblico lê-se: “e Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra” (Gen. 1:27-28), “portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua esposa, e ambos serão uma só carne” (Gen. 2:24). Seguindo o determinismo biológico: “aquele que os criou no princípio os fez homem e mulher” (Mat. 19:4). Portanto, "não te deitarás com um homem como se fosse mulher; é repugnante" (Lev 18:22).

A diferenciação entre sexo/gênero/sexualidade foi uma conquista feminista que buscou rejeitar esse determinismo biológico e enfatizar a construção social e histórica que se

desenvolve a partir de corpos sexuados (Louro, 1997). Simone de Beauvoir (2008), no segundo volume de sua obra *O segundo sexo*, publicado originalmente no ano de 1949, afirmou em uma frase que ficou marcada na história feminista: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Mais adiante, Judith Butler (2003) aprofundou o debate afirmando que, não necessariamente, o que se torna mulher é fêmea e que até mesmo o sexo biológico é uma construção social. Para ela o sexo é o “meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada é produzida” (p.25).

Do mesmo modo, Bourdieu (2012) argumenta que a definição social dos órgãos sexuais não é apenas um registro de características naturais claramente perceptíveis. Essa definição é feita a partir de escolhas convenientes da visão androcêntrica. Nas palavras do sociólogo, essa é uma construção realizada “através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças” (p.23). Dessa forma, não é o falo (característica acentuada do masculino e símbolo da virilidade) que fundamenta essa visão de mundo, e sim, essa visão de mundo, organizada segundo a divisão dos gêneros, que sustenta as diferenças entre os corpos biológicos.

Ainda nessa perspectiva, Butler (2003) denomina de “gêneros inteligíveis” as linhas causais que ligam o sexo biológico, o gênero constituído pela cultura e a manifestação do desejo sexual. Segundo a autora, essa relação impositiva das normas culturais pelas quais as pessoas são definidas exige que outras identidades de gênero, divergentes dessa inteligibilidade, não possam existir. Jamie³⁵, participante transexual que compareceu a roda de conversa proposta para essa pesquisa, entende perfeitamente como é viver numa sociedade que a enxerga como o desvio da norma e, pelo mesmo motivo, tem clareza das consequências de um governo, que nega as diferenças, estar no poder. Para Jamie “hoje eles

³⁵ Jamie Clayton foi a escolha da participante por ser uma atriz transgênero. Foi uma das protagonistas da série *Sense8* apresentada pela Netflix. Interpretou, na série, uma mulher trans que se relacionava com uma ativista negra dos direitos LGBTQ+. A personagem e a atriz foram aclamados pelo público LGBTQ+ pela representatividade.

(fundamentalistas) matam pelo discurso”, ou seja, o discurso excludente incita o ódio na população e gera a violência.

Jamie ainda comoveu o grupo ao declarar sua frustração com o próprio pai, que acreditava nas melhorias advindas da eleição de Bolsonaro. Depois de mostrar a ele os discursos de ódio do candidato à presidência, o questionou: “e aí eu como mulher trans o que que o senhor ia fazer? Se eu sou agredida na rua como é que faz?”. A preocupação de Jamie não é infundada. Segundo levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos, menos da metade da média nacional (75 anos).³⁶ Para Bento (2008) o corpo é socialmente construído. Algumas dessas construções se naturalizam, outras são postas à margem do que é humanamente aceitável sendo ofuscadas e/ou literalmente eliminadas. Esta é a realidade no país que mais mata pessoas transgêneros do mundo.³⁷

A inquietação com a violência gerada pelo discurso de ódio não partiu apenas de Jamie. Todas as participantes da pesquisa afirmaram ter a sensação de que a violência contra a mulher aumentou no ano de 2019 em decorrência da eleição de Bolsonaro. Apesar de mostrarem um certo receio em culpabilizar o presidente, todas elas alegaram vivenciar um medo constante desde as eleições. Nas palavras tocantes de Ana Valéria: “Acho que o principal impacto do governo Bolsonaro é que a gente se sente o tempo todo em risco, não que antes não tinha, mas como isso aprofundou a nossa situação de vulnerabilidade. Nós podemos morrer com aval do governo”. Maria Paula também afirmou sentir-se desprotegida e impotente: “Impotente por ser mulher”. Para ela, o motivo são os discursos do presidente:

³⁶ Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>

³⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>

Ele reproduz tudo que esses maníacos, esses caras doidos querem ouvir. Porque é o que eles acham da mulher no fundo, e o governo só está reproduzindo. E eles meio que se identificam com esse doido que tá aí. 'Esse cara é um mito' (...) Até andar na rua tá sendo impactante desde o dia primeiro de janeiro. (...) Você pega uma mulher na parada, sequestra, leva e mata se ela não quiser ter relação sexual contigo. (...) Eu não ando na rua como andava antes. Até evito andar sozinha. Muitas vezes chamo alguém para ir comigo em algum lugar. Se eu andar só é com estilete na cintura.

Berenice ainda pontuou:

Esse é um dos impactos maiores: uma sociedade violenta, uma sociedade não democrática. Quem pensa diferente não está incluso. É sempre aniquilado. Não necessariamente morto, mas aniquilado na sua própria fala. Partindo da ideia de que ele está no local de representação, de liderança, ele é o presidente do país, o discurso dele alimenta muitas pessoas. Ou fere ou alimenta. No nosso país esses discursos já são vivenciados. As pessoas já pensavam assim antes. Então é você acender a cordinha do foguete. Não só isso, é escancarar. É isso. Escancarar. "Eu penso assim e muitas pessoas pensam assim também, elas me seguem". "Morte a não sei quem". Quando você retira a culpa do que já era sutil você dá mais força ainda, para ir mais adiante, para oprimir o outro, para matar.

Com o exposto até aqui, a leitora ou o leitor pode sugerir que somente os homens são opressores e que sua dominação se dá, apenas, através do exercício do poder masculino. No entanto, afirmo com pesar, que mulheres também podem ser sexistas. Não no exercício de um suposto poder feminino, já que elas estão em desvantagem nessa distribuição de privilégios,

mas na afirmação e na manutenção da ordem estabelecida. Seguindo as expectativas sociais, as mulheres acabam sentindo-se recompensadas por ocupar as posições designadas a elas pela estrutura social, reforçando a dicotomia e a desigualdade entre os sexos e compactuando com a opressão de outras mulheres e delas mesmas (Bourdieu, 2012).

Essas características foram identificadas pelas participantes na figura da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Inclusive, para Jamie, esta é uma das incoerências do governo Bolsonaro: “É tudo ao contrário. (...) a ministra da Mulher detesta mulher, o ministro do Meio Ambiente detesta o meio ambiente, o ministro da Economia quer destruir a economia”. Sobre a fala da ministra, já citada anteriormente, em relação ao dever de submissão das mulheres a seus maridos, Berenice desabafou:

A primeira coisa que vem na minha cabeça, apesar de saber que mulheres também podem ser sexistas e são porque elas fazem parte dessa cultura, é que eu ainda fico indignada porque é o sujeito tentando defender o seu encarceramento, a sua opressão: ‘tá tudo bem vocês me oprimirem, é esse lugar que eu quero estar.’ Isso me gera muita indignação.”

Não só indignação, mas vários outros sentimentos foram citados pelas participantes para expressar a forma que elas têm vivenciado o curso do governo atual. A raiva e o nojo foram emoções suscitadas em todas as participantes pelas falas machistas e misóginas ditas pelos integrantes do governo. O sentimento de impotência foi colocado em diversos momentos por Maria Paula. Ana Valéria e Berenice evidenciaram o medo, o medo de ser, de existir e de se posicionar nesse contexto.

Essa diversidade de emoções evidencia que as mulheres estão separadas umas das outras por diferenças sociais e culturais que afetam diretamente a maneira pela qual elas

sentem e vivenciam a dominação masculina, mesmo com todas as experiências que as aproximam (Bourdieu, 2012). Dessa forma, aspectos como raça/cor e classe social são essenciais para uma compreensão mais aprofundada da heterogeneidade que compõe a existência das mulheres brasileiras. Como mulher negra, não poderia deixar de abordar tais aspectos, e é sobre eles que tratarei no eixo que se segue.

4.3 Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco, meus filhos foram muito bem-educados.

Após discorrer sobre o fundamentalismo religioso no governo Bolsonaro e quais as percepções das mulheres participantes da pesquisa em relação ao tema, pretendo com este novo eixo, apontar algumas especificidades vivenciadas por mulheres negras com as estratégias de dominação masculina. A própria luta feminista deixou para trás as questões que envolviam gênero e raça. Apenas a título de exemplo, podemos citar que enquanto as mulheres brancas buscavam livrar-se do confinamento doméstico em busca do direito ao trabalho remunerado, as mulheres negras sempre trabalharam: na escravidão e, posteriormente, em trabalhos análogos a ela. O serviço doméstico lhes foi imposto não só em suas casas, mas também nas casas de mulheres brancas, o que deu ao trabalho doméstico o caráter degradante visto hoje. Servir sempre foi considerado obrigação de mulheres negras, por decorrência da escravidão e, por serem consideradas ineptas para exercer outras funções (Davis, 2016).

Outro exemplo significativo se dá na luta feminista pelo direito ao aborto legal. Mulheres brancas enxergaram os direitos reprodutivos no direito de escolher a maternidade ou não, enquanto mulheres negras pediam pelo direito de cuidar de seus próprios filhos e, pelo fim da violência genocida do Estado que propiciava o extermínio do povo preto e o embranquecimento coagido da população (Davis, 2016). Essas conjunturas históricas

apontam para a importância de se levar em consideração os fatores, não só de gênero, mas de raça e de classe que engendram as subjetividades das mulheres brasileiras. Inclusive, para Angela Davis (2016) tornou-se impossível separar raça e classe após o advento da escravidão e do colonialismo dos corpos negros. Dayara³⁸ também se lembrou disso ao afirmar, durante nossa conversa: “se a maioria dos pobres no Brasil fossem brancos não teria tanta gente pobre no Brasil”.

Essas diferenças entre mulheres brancas e negras foram evidenciadas nas falas das participantes da pesquisa. As participantes brancas consideraram como consequência do fundamentalismo religioso, o retorno de ideias sexistas que as colocam como submissas em suas relações, e avaliaram que as políticas públicas que envolvem a descriminalização do aborto serão deixadas de lado durante o governo Bolsonaro. Já as participantes negras demonstraram maior preocupação com a violência que o discurso de ódio do líder de Estado e de seus seguidores pode gerar. Todas elas assumiram sentir medo das consequências simbólicas de um governo misógino, mas as situações em que esse medo ocorre contém uma diferença significativa de raça e classe. Nota-se pela fala de Maria Paula:

Eu tenho uma amiga negra que ela trabalha no centro obstétrico da Santa Maria. No projeto que a gente fez aqui “A Cidade é Nossa” ela falou sobre isso. Falou como

³⁸ “Dayara é o nome de minha filha que faleceu em meu ventre com 8 meses de idade. Precisou apenas de 8 meses para mudar a minha vida. Foi um encontro de almas apenas para que ela pudesse cumprir sua missão é eu pudesse me desenvolver enquanto pessoa enquanto mulher. Dayara foi o motivo pelo qual eu pude confirmar que não tenho o controle de absolutamente nada em minha vida. Faço e farei sempre a minha parte, mas não tenho em absoluto a garantia de nada. Durante a gravidez se espera comemorar a vida, o encontro. Jamais esperei que iria me despedir de minha filha exatamente no seu nascimento. Mas quem somos nós para compreender o tempo das pessoas e tempo das coisas. A gente sempre vive o tempo suficiente, ainda que seja o tempo de um abraço, de um beijo, de um olhar. Agradeço e agradecerei sempre meu tempo com Dayara, foi o suficiente para o encontro e a despedida. Então de alguma forma Dayara faz parte de minhas lutas e dos meus enfrentamentos.”

*Fala da participante utilizada na íntegra considerando que o uso de paráfrases poderia esvaziar a potência de suas palavras.

enfermeira e como mulher negra. Ela teve que fazer “perine³⁹”, porque como uma mulher negra ela sofreu violência obstétrica quando ela teve as três filhas dela. Nós somos mulheres negras e as pessoas acham que a gente é mais forte, que a gente aguenta mais dor. Eu não passei por isso, mas quando eu fui ganhar minha filha fiquei pensando muito nisso, de como seria. E ao mesmo tempo que eu pensava como seria eu já pensava em como reagir. Quando você vai fazer um exame de toque você já vai pensando na forma como ele vai manusear, porque eles acham que a gente pode sentir mais dor e faz de qualquer jeito. A mulher negra em vista de mulher branca sempre está sofrendo mil vezes mais. O sofrimento dela tá aqui, o nosso tá a mil quilômetros à frente do dela.

Para Maria Paula, esse medo sentido por ela há anos atrás, deve ser retomado pelas mulheres negras com o resultado das eleições de 2018. Para ela, se a mulheres, de modo geral, são vistas como seres inferiores, mulheres negras não são nem mesmo consideradas seres humanos, o que possibilita que elas sofram todos os tipos de violências possíveis. Além disso, o corpo das mulheres já é objetificado socialmente, com aval da medicina, como “corpo reprodutor”, e o fundamentalismo religioso prega que o sofrimento ao dar à luz é punição dada por Deus pelos pecados femininos (Gen. 3:16), o que reforça a naturalização e a banalização da dor experienciada pelas mulheres durante o parto (Aguiar, D’oliveira & Schraiber, 2013).

Especificamente para as mulheres negras, a violência obstétrica, e todas as outras com viés racial, se reforçam da mesma forma que se legitimou a escravidão negra no Brasil. Estas são resultados de práticas, conscientes e inconscientes, que retratam o negro como desprovidos de inteligência, humanidade e capacidade de articulação política, não sendo

³⁹ A perineoplastia é uma intervenção cirúrgica que tem como objetivo reparar as lesões do tecido vaginal de forma a recuperar a sua estrutura. Com frequência essa cirurgia é utilizada, no período pós-parto, por mulheres que sofreram violência obstétrica.

pensados, por isso, como alvos de cidadania plena. Com isso, essa percepção coisificada do negro engessa essa população numa realidade subalternizada e desprovida de direitos (Assis, 2018). E, como explicitado por Maria Paula, mulheres negras são vistas como mais fortes, legado da escravidão, que não diferenciava homens e mulheres no trabalho, na força, na exigência de produtividade e nos castigos. Escravas só eram reduzidas a fêmeas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, ou seja, na violência sexual (Davis, 2016).

Outra questão trazida pelas participantes foi o silenciamento de políticas públicas voltadas a população negra, em especial as mulheres negras. Dayara, que até fevereiro de 2019 trabalhava no departamento de DST e AIDS do Ministério da Saúde, afirmou com tristeza que sua pasta voltada à população negra e realizada nos terreiros brasileiros, não teria a mesma credibilidade e empenho dos gestores com a eleição de Bolsonaro. Ela também acredita que questões de raça deixaram de ser abordadas pelo departamento:

As pessoas não assumem, mas muito antes de eu sair fizeram reunião para dizer: “agora (com o resultado das eleições) a gente tem que falar de uma outra forma sobre esse assunto, com outro foco”. Por exemplo, esse governo não assume que existe racismo no Brasil. Se não existe racismo no Brasil como é que eu vou ter uma pasta falando sobre saúde da população negra? Como é que eu vou discutir que o racismo é um elemento que impacta na infecção do HIV? A maioria das mulheres que morrem de AIDS no Brasil são mulheres negras e essas mulheres são mulheres em situação de vulnerabilidade social(...). No departamento no Ministério da Saúde como um todo, quando começou essa coisa da eleição, você já via que as pessoas que estavam defendendo o Bolsonaro eram as mesmas que não defendiam a população vulnerável, que achavam que tudo era questão de mérito. Não é essa questão de conseguir. Pra quem

é branco ninguém fala: “ah porque tentou e conseguiu”. Ninguém precisa tentar. Ela já nasceu sabendo que ela pode estar naquele lugar de privilégio. Agora eu (mulher negra) tenho que me esforçar.

A fala de Dayara, além de estar carregada de indignação, salienta e exemplifica diversas questões que perpassam a vida de mulheres negras, como o mito da democracia racial e o discurso de meritocracia utilizado no nosso país para justificar a situação de vulnerabilidade que essas mulheres se encontram⁴⁰. No entanto, não pretendo analisar tais elementos neste trabalho considerando o foco da pesquisa e a falta de tempo hábil para fazê-lo. Retomarei a análise de forma a evidenciar como as falas do presidente Bolsonaro afetaram e afetam as participantes dessa pesquisa, utilizando como ponto de partida a frase que foi escolhida como título para este eixo estruturante.

Num programa de TV, no ano de 2011, a cantora Preta Gil perguntou a Jair Bolsonaro (deputado na época), como ele reagiria caso um de seus filhos se apaixonasse por uma mulher negra. A resposta foi a seguinte: “Eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu”.⁴¹ Lembro-me de ter sentido uma pontada de angústia com essa frase, que foi retomada pela mídia durante as eleições em 2018. Por que o relacionamento entre um homem branco e uma mulher negra é visto como promiscuidade? Por que homens “bem-educados” não podem se apaixonar por mulheres negras? Maria Paula resumiu meu sentimento, e o dela, na solidão da mulher negra. Tema pouco debatido no

⁴⁰Sobre o mito da democracia racial e discurso meritocrático sugiro as seguintes leituras: Munanga, Kabengele (1999). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra. Petrópolis: Vozes.

Domingues, Petrônio (2005). O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Diálogos latino-americanos, (10), 115-131.

Davis, Angela (2016). Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo.

⁴¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/tj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-resposta-a-pret-gil-e-falas-ao-cqc/>

ambiente acadêmico, mas de fundamental importância em todos os aspectos da vida de uma mulher que carrega no corpo, além dos estereótipos de gênero, os estereótipos de sua cor.

Para Maria Paula:

A solidão da mulher negra engloba muita coisa na questão do sofrimento da mulher. A gente sofre muito mais, e é muito por conta da solidão. Desde pequena a gente tem que ficar forçando a barra para ser escolhida para alguma coisa (...) a gente é preterida, a gente não é preferida. É cultural isso. Eu tenho um amigo preto que ele fala: "eu não quero ter filho preto porque eu não quero reproduzir gente preta". Quantas vezes eu não já escutei isso? Desde criança eu escuto isso. A maioria é cara preto que fala. Eu tenho um exemplo dentro de casa que é meu pai. Meu pai preferiu a minha madrasta que é branca do que a minha mãe que é preta. E minha madrasta tem um poder aquisitivo maior do que o que a minha mãe tinha na época. Ela (mãe) sempre fala: "estuda porque na hora que o homem for te escolher ele vai te escolher pelo seu bolso, vai escolher pelo dinheiro". E eu falo: Não mãe! Meu pai não te escolheu pela cor, não foi pelo dinheiro.

Valeska Zanello (2018), ao abordar os temas de saúde mental e gênero, afirma que os processos de subjetivação femininos são engendrados, historicamente, pelo dispositivo amoroso e pelo dispositivo materno. Pensar que a subjetividade das mulheres é constituída por um dispositivo amoroso implica em dizer que suas vivências são mediadas pelo olhar de um homem, que tem o papel de validação e de escolha dessas mulheres. Dessa forma, elas ficam expostas como mercadorias no que a autora chama de "prateleira do amor" e se esforçam, diariamente, para serem "desejáveis" ou "passíveis de serem escolhidas". A lógica perversa dessa configuração se dá pelo fato de que a escolha é perpassada por um ideal de beleza branco. Consequentemente, mulheres negras se encontram ao fundo da prateleira e,

não há técnica ou intervenção estética que retire delas a solidão de um corpo limitado a sua cor.

Para Lélia Gonzalez (1984) existem dois arranjos possíveis para mulheres negras provenientes da figura da mucama: a doméstica e a mulata. A doméstica é a prestadora de bens e serviços que carrega nas costas sua família e as famílias alheias. Já a mulata é a figura erotizada que desperta os desejos carnavais de homens brancos e negros. Para justificar a exploração e o estupro de mulheres negras durante a escravidão, a cultura eurocêntrica representou os corpos negros como dotados de uma sexualidade desenfreada. Dessa forma, a mulher negra está posicionada fora do “mercado afetivo”, mas naturalizada no “mercado do sexo”, enquanto mulheres brancas estão destinadas ao casamento cristão e à formação familiar (Hooks, 1995; Pacheco, 2013). Compreendo, a partir do exposto, a naturalização de frases como: “com preto não se casa, com preto se amanceba”, criticada por Maria Paula. E, pelo mesmo motivo, relações interracialis estão ligadas à promiscuidade para Bolsonaro: corpos negros não são afetivos, são sexuais e, o sexo é proibido para mulheres cristãs.

Frantz Fanon (1952/2008) ainda esclarece porque os homens negros também escolhem mulheres brancas. Em sua obra *Peles negras máscaras brancas*, um clássico do pensamento psicológico sobre a diáspora africana, o autor explora a alienação e o complexo de inferioridade introjetado no negro como mecanismos do colonialismo que afetam suas escolhas afetivas. Para ele, a cor é um marcador de privilégios em sociedades racistas. Portanto, homens negros também enxergam mulheres brancas como parceiras ideais, não apenas pelo fator estético, mas pelo status social que possibilita ao negro estar mais próximo da branquitude. Esse desejo de fazer parte da cultura hegemônica branca é, para Fanon, uma tentativa ilusória de atenuar sua situação de oprimido e a mulher branca.

Seguindo o mesmo raciocínio de Fanon, Sueli Carneiro (1995) afirma que o desejo do homem negro pela mulher branca justifica-se pela vontade de alcançar a liberdade da

condição de negro e, a mulher branca é o instrumento que o coloca em igualdade de poder, ou o mais próximo possível do homem branco. Essa situação ainda se torna mais explícita quando o homem negro experimenta alguma ascensão econômica. Casar-se com uma mulher de sua cor representaria descer alguns degraus na escada da mobilidade social. Com isso, entendo que apesar das mulheres brancas fazerem parte do ideal de beleza enquanto mulheres negras são desvalorizadas em todos os aspectos sociais, mulheres, no geral, são coisificadas como objeto de consumo: a negra para o divertimento sexual e a branca como adorno do status e poder dos homens. E, essa desumanização das mulheres, serve como elemento da afirmação da humanidade de homens negros porque dá a ele acesso a lógica masculina dominante (Carneiro, 1995; Pacheco, 2013).

Considero importante salientar que mulheres negras também são afetadas por esses mecanismos do colonialismo que as fazem se sentir inferiorizadas frente a estrutura social opressora. No entanto, como já explorado nesta análise, não cabe a elas o poder de escolha de seus parceiros afetivos. Cabe aos homens retirá-las ou mantê-las na empoeirada “prateleira do amor”. Também compreendo a concepção histórica do nosso país que levou Bolsonaro a comparar, publicamente, relações com mulheres negras à promiscuidade, mas não enxergo conforto, nem para mim, nem para as participantes pretas de minha pesquisa. Muito pelo contrário, o racismo e a misoginia expressados pelo presidente apenas retomam nossa história de solidão, e nos lembra que ainda há muitas dores a serem vivenciadas na luta pelo reconhecimento de nossas existências.

4.4 As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem

Identificar estratégias de resistência foi um dos objetivos específicos que delimiti para essa pesquisa. Antes de entrar em campo julguei que seria importante questionar,

diretamente, as participantes sobre tais estratégias. No entanto, o tema surgiu de forma fluida, sem que eu precisasse criar uma ponte para chegar até ele. Essa naturalidade se expressa no próprio conceito de resistência utilizado por Foucault. Para ele, a resistência é inseparável das relações de poder. Ela não precede ou mesmo descende do poder. Os dois coexistem e têm as mesmas características produtivas e criativas formando uma relação circular na qual o poder incita a construção de novas formas de resistência e resistências produzem novas relações de poder (Revel, 2005). Talvez por esse motivo, ouvir do presidente do país que as minorias tem que se adequar ou desaparecer, quando se é minoria⁴², não tenha causado medo a essas mulheres. Pelo contrário, as motivou a construir novos espaços de luta e de transformação, ou seja, a resistir.

Aqui retomo a raiva sentida e expressada pelas participantes em relação ao discurso excludente dos integrantes do governo Bolsonaro, e pelas consequências desses discursos vivenciadas por essas mulheres porque concordo com a escritora Audre Lorde que a raiva pode ser utilizada como dispositivo de resistência. Em seu texto *Os usos da raiva*, Lorde (1981) afirma que mulheres negras com raiva são mulheres respondendo ao racismo, à exclusão, aos privilégios não questionados. Para ela toda mulher tem um arsenal de raiva potencial útil para lutar contra aquilo que fez com que a raiva existisse: a opressão pessoal e institucional, o silenciamento de nossas vozes, o ódio daqueles que não aceitam nossa existência fora do seu serviço.

Nesse sentido, mulheres são criadas para temer e para aceitar caladas a vontade do poder patriarcal que não nos autoriza a expressar a raiva. Por isso, aprendemos a utilizá-la como força e poder de ideias. A raiva traduzida em ação consciente a serviço de nossos ideais de luta é um ato de libertação e empoderamento e, a partir dela, identificamos quem são

⁴² Minorias, aqui entendido, como grupos sociais marginalizados por aspectos sociais, culturais, físicos e religiosos. Em números absolutos, as mulheres somam 51,7% da população brasileira, segundo dados do IBGE de 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

nossos aliados e quem são nossos inimigos (Lorde, 1981). No entanto, essas são considerações minhas, decorrentes do meu encontro com os sentimentos das participantes e da minha interpretação sobre a forma que essas mulheres se expressam no mundo. Outras propostas de resistência foram apresentadas, verbalmente, por elas como estratégias de viver e sobreviver ao momento político que estamos vivenciando. A respeito disso Berenice pontuou:

É preciso fortalecer os nossos laços. O que nos mantém fortes, nós mulheres, é saber que não estamos sozinhas. Há sim, lá fora, e às vezes dentro da nossa casa, uma força que tenta nos arrasar, nos destruir. Apesar de isso ser violento, gerar tanta angústia e medo, às vezes desespero de: o que eu faço? Não tem como sair disso? Tem sim! As pessoas pensam assim (como o Bolsonaro), mas há outras pessoas que pensam diferente. Sempre vai haver pessoas que pensam diferente. É nisso que a gente tem que se amparar. Acho que num momento político de tanto medo, tanta violência, a gente tem que se apoiar no afeto. Se a gente faz as coisas com afeto há um potencial enorme de mudança. Não que seja uma resposta fácil, mas a resposta é sempre desconstruir esses afetos violentos para que possam existir novas formas de se configurar. É levantar a bandeira e falar: eu não vou me calar, eu vou resistir! Não precisa ser uma guerra, mas é preciso resistir (grifos meus).

Frente a esses novos modos de exercício do poder político que estamos observando atualmente, não é suficiente apenas oferecer oposição direta às forças que estão em jogo. É necessário incorporar na sociedade novas formas de vida seguindo para a criação e não para o reconhecimento ou adequação do que já existe. A vida é uma potência que permite novos deslocamentos de subjetividades, outros territórios existenciais, a vida permite a resistência.

Assim, resistir não é apenas se opor ao contexto de homogeneização imposto, é criar outras lógicas, produzir rupturas e novas realidades. Como dito por Berenice é fortalecer os laços entre nós e possibilitar a existência de novas formas de se configurar já que as relações identitárias viabilizam a criação e a inovação entre os sujeitos (Coimbra, 2011; Fernandes, 2008; Romagnoli, 2007). Outras participantes também apontaram como estratégia esse modo de expressão coletiva. Para Dayara:

Uma dessas estratégias foi potencializar a ONG que fala sobre racismo que a gente abriu em Brasília para a gente poder falar desse lugar. Começamos antes mesmo do Bolsonaro ganhar a eleição quando ele ganhou eleição a gente falou: vamos ter que trabalhar muito mais.

Já Ana Valéria considera que:

O fortalecimento dos grupos é essencial nesse momento. Para nós nos sentirmos acolhidas. Não é uma luta individual, é uma luta coletiva. E a gente sente isso. Então estar entre pretos, estar entre pessoas com os mesmos ideais de sociedade que eu, me fortalece. É fortalecer essas relações saudáveis, e tomar medidas de autocuidado (grifos meus).

Considerei relevante, como demonstrado pelos grifos na fala de Ana Valéria, que apenas mulheres negras ressaltaram a importância de tomar medidas de autocuidado ao mesmo tempo que apontaram a necessidade de uma luta coletiva. Talvez porque o autocuidado tenha sido negado, mais a mulheres negras do que a mulheres brancas, já que

estas foram socializadas pela história da escravidão a cuidar dos outros e ignorar suas necessidades (Hooks, 2010). Nesse momento, é imprescindível reconhecer que no processo de descolonização nossa vida tem valor. Portanto, apresento aqui, o amor como ação da resistência. Não só o amor para com o outro, mas o amor a nós mesmas que nos permite pertencer genuinamente ao coletivo. Nas palavras de Bell Hooks (2010): “quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura” (p. 06). Na mesma linha de raciocínio segue a fala de Maria Paula:

Eu acho que agora a gente tem que se cuidar mais. Psicologicamente principalmente. Antes eu já via as mulheres fragilizadas. Agora estou vendo ainda mais porque elas não estão conseguindo absorver as coisas de uma maneira mais resistente mesmo. É só falando do que a gente está sofrendo o tempo inteiro. A gente não se junta para falar como a gente vai se cuidar. Movimentos sociais agora é isso. A gente montar estratégias de fortalecimento. Não é no governo antigo, nem nesse, a gente sempre passou. Agora tá pior. Mas como a gente faz para montar estratégia de luta? Primeiro, fazer rodas de conversa com as mulheres, autocuidado principalmente. Fazer rodas de conversa para as mulheres entenderem aonde elas estão vivendo, será que elas estão vivendo aquilo que elas são mesmo? Entender o que tem por trás. Questões de ancestralidade eu acho que é muito importante, saber de onde a gente veio. Quem veio antes da gente tem uma história de luta muito grande, e às vezes a gente sendo fraco a gente está fraquejando a luta do outro que veio antes da gente. É isso. Resistir mesmo. Aprender autocuidado. Se fortalecer. Juntas. Uma pegar a mão da outra e não soltar (grifos meus).

Destaco na fala de Maria Paula, além das questões de autocuidado e encontro entre pares, a necessidade sentida por ela de fortalecer as mulheres que participam dos movimentos

sociais. Para ela, os sofrimentos estão em maior evidência do que as estratégias de luta, e esse quadro deve ser revertido. Nesse sentido, Foucault, no prefácio do livro *O anti Édipo* (1976) escrito por Deleuze e Guattari, elaborou alguns princípios essenciais para que possamos nos opor ao fascismo e também nos manter em uma política de vida não fascista. Dentre esses princípios, o que me tocou profundamente e corrobora com o anseio de Maria Paula, é o de que não é preciso ser triste para ser militante mesmo que nossa batalha seja contra algo abominável. Para o teórico, a força revolucionária está no nosso desejo pela vivência da realidade, e não, na tentativa de fuga da forma como ela se apresenta.

Outro ponto significativo, mencionado por Maria Paula como estratégia para a resistência de mulheres negras, foi a ancestralidade. A ancestralidade é uma forma de nos reconhecermos como construtoras de nossa existência. É o reconhecimento de nossa potência e processo contínuo de nossa valorização. Pensar ancestralidade não é apenas receber o conhecimento daquelas/es que vieram antes de nós, é assimilar, criar e recriar nossa cultura e o que nós somos. Somos resultado de uma ação coletiva, nossa subjetividade não se separa do Outro. Pensar ancestralidade é ter o Outro como devir. É perceber que não há possibilidade de me conhecer sem conhecer o meu passado e o meu povo. Eu Sou porque nós Somos. E, Ser está para além das normas sociais ou culturais estabelecidas. Ser é ancestral, e ancestralidade é existir, resistir e re-existir (Machado, 2014; Oliveira, 2007).

5. Considerações (não) finais

A produção desse trabalho foi, para mim, uma experiência complexa tendo em vista que na trajetória acadêmica aprendemos a reproduzir modelos prontos que prezam pela ordenação sistemática dos conhecimentos chamados científicos. A possibilidade criativa proporcionada pelo método cartográfico, apesar de ambiciosa e desafiadora, mostrou-se extremamente gratificante. Sorri e chorei com aquelas que se dispuseram a participar dessa

pesquisa. Experimentamos juntas as dores e as alegrias de sonhar com um mundo melhor, e na medida do possível, lutar por ele. Vivenciamos e pronunciamos nossas afetações de forma coletiva, acolhendo umas às outras. Afirmando, com orgulho, que minha pesquisa não se valeu dessas mulheres como meros objetos de estudo. Até porque a vida precede as explicações que damos a ela. Estive em campo como pesquisadora, mas, acima de tudo, como a mulher que também pressente a chegada de tempos sombrios.

Não tive a intenção de retirar a credibilidade das religiões cristãs ou desvalorizar a fé de quem quer que seja. Para muitas/os o cristianismo é ferramenta chave da sua espiritualidade e fator essencial para seu crescimento como seres humanos. Minha crítica limita-se ao fundamentalismo que busca, através do discurso, manipular os pensamentos, controlar os corpos e aniquilar o diferente e a diferença. Além disso, todos nós temos preconceitos, independente da religião que cultuamos. O preconceito está na ordem do social e não do individual. A diferença entre nós e aqueles que pregam o ódio é a vigilância que mantemos em relação a esses preconceitos e o esforço constante que fazemos para criticá-los e retirá-los do espaço de naturalidade da cultura.

Escureço, ainda, que os termos feminino e masculino, homem e mulher não foram utilizados neste trabalho como conceitos fixos e imutáveis, pois não o são. Empreguei as palavras de forma estratégica a fim de evidenciar as dicotomias que permeiam as relações sociais. Espero ter evidenciado que cada mulher vivencia, a sua própria maneira, os desdobramentos políticos da onda conservadora que carrega o governo Bolsonaro. Sejam elas brancas, pretas, transexuais, ou tantas outras não contempladas nessa pesquisa. Cada uma delas possui suas especificidades na luta por direitos e reconhecimento, e todas carecem de atenção às características que as tornam singulares e heterogêneas entre si.

Apesar de ter dado ênfase nas opressões que as mulheres brasileiras vivenciam, acredito que elas carregam a força transformadora necessária para desatar os nós criados pelo

colonialismo e pelo patriarcado. Não foi ao acaso que as mulheres formaram o maior movimento contra a eleição de Bolsonaro em 2018. Sinto conforto ao pensar que não sou única desviante dos papéis de submissão, de docilidade, de devotamento, de abnegação e de silêncio. Somos milhares. Nossa força acarreta a resistência, e a resistência acarreta a mudança. Assim como Bourdieu, entendo que os homens aprenderam a “amar os jogos de poder” e as mulheres aprenderam a “amar os homens que os jogam”. Quando as mulheres perceberem que amam o poder e não os homens, a lógica sexista se reverterá.

Por fim, me permito dizer que mesmo com minha identidade em constante construção e desconstrução, assim como Audre Lorde “não sou livre enquanto outras mulheres são prisioneiras, mesmo quando as amarras delas são diferentes das minhas”. Se eu não as reconheço enquanto outras faces de mim contribuo com a opressão delas, e com a minha. Não me permito mais esperar em silêncio. Foi, exatamente, ele que imobilizou meu espírito nos momentos que a angústia transbordou em mim o fardo de ser mulher. Falo, em voz alta, que ainda restam muitos silêncios para romper. E por isso, afirmo que essas considerações, apesar de se apresentarem ao final do texto, não serão minhas considerações finais.

6. Referências

- Afonso, M. L., & Abade, F. L. (2008). *Para Reinventar as Rodas: rodas de conversa em Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Recimam.
- Aguiar J. M, D'oliveira A.F.P.L& Schraiber L.B. (2013) Violência institucional autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. *Caderno Saúde Pública*, 29(1), 2287-96.
- Almeida, S. L. (2018). Neoconservadorismo e liberalismo. Em Gallego, E. S. (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 27-33). São Paulo: Boitempo.
- Alves, I. (2018). *Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos*. Recuperado em: 02 de novembro,2019, de: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>.
- Araújo, L. F. S., Dolina, J. V, Petean, E., Musquim, C. A., Bellato, R. Lucietto, G. C. (2013). Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Brasileira Pesquisa Saúde*, 15(3), 53-61.
- Assis, J. F. (2018). Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Revista Serviço Social & Sociedade*, 133(1), 547-565.
- Baptista, S. (2003). Fundamentalismo e modernidade. *Revista Caminhando*, 8(1), 158-183.
- Barbosa, J. (2019). *Damares: "Mulher deve ser submissa ao homem no casamento"*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/damares-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento>.
- Bastian, N. (2018). *Em 27 anos como deputado, Bolsonaro tem dois projetos aprovados*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/05/em-27-anos-como-deputado-bolsonaro-tem-dois-projetos-aprovados/>.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Beauvoir, S. (2008). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Lisboa: Quetzal.
- Bento, B. A. M. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Berger, P. (2000). A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, 21(1), 9-24.
- Bíblia, A. (1986). *Tradução do novo mundo das escrituras sagradas*. São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brunnet, A. E, Hörlle, K. R. & Terra, A. P. (2010). Relações de gênero e religiões: os papéis designados à mulher. *XI Salão de Iniciação Científica – PUCRS*, pp.1718-1720.
- Butler, J. P. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Câmara dos Deputados (2013). *Projeto de Lei 6.055/2013*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_autores;jsessionid=E1E1E0F7D1FAC9C180774726FA075EB1.proposicoesWebExterno1?idProposicao=586417.
- Câmara dos Deputados (2013). *Projeto de Lei 6.055/2013*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1113741&filename=Tramitacao-PL+6055/2013.
- Camporez, P. (2019). *STF mantém pagamento de indenização de Bolsonaro a Maria do Rosário*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-mantem-pagamento-de-indenizacao-de-bolsonaro-maria-do-rosario-23464003>.
- Carvalho, M. C. & Sívori, H. F. (2017) Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cadernos pagu*, 50(1), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp.

- Cardoso, C. (2019). *Como saber se você é uma cristã de verdade ou só mais uma crente?* Recuperado em 25 de maio, 2019, de <https://www.universal.org/blog/coluna/post/como-saber-se-voce-e-uma-crista-de-verdade-ou-so-mais-uma-crente/>.
- Cardoso, C. (2019). Como ser carinhosa. Recuperado em 25 de maio, 2019, de <https://www.universal.org/blog/coluna/post/como-ser-carinhosa/>
- Carneiro, S. (1995) Gênero, Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, 2, 544-552.
- Consani, C. F. (2015). Democracia e os discursos de ódio religioso: debate entre Dworkin e Waldron. *Revista Éthica*, 14(2), 174-197.
- Coimbra, C. M. B. (2011). Práticas de estranhamento, indignação e resistência. *Psicologia USP*, 22(3), 579-586.
- Datafolha (2019). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Recuperado em 24 de março, 2019, de <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>.
- Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- DCM. (2019). *Bolsonaro: Brasil não é “paraíso gay”, mas “quem quiser vir fazer sexo com mulher, fique à vontade”*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/bolsonaro-brasil-nao-e-paraíso-gay-mas-quem-quiser-uir-fazer-sexo-com-mulher-fique-a-vontade/>.
- Del Priore, M. (2009). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Unesp.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1976). *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Diário da Câmara dos Deputados, ano LXVI, nº 147 (2011). Recuperado em 6 de abril, 2019, de <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26AGO2011.pdf#page=79>.

Diário da Câmara dos Deputados, ano LXXI, nº 056 (2016). Recuperado em 5 de maio, 2019, de <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160418000560000.PDF#page=91>.

Diniz, G. & Pondaag, M. (2004) Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos da violência doméstica. Em Maluschke, G. & Hermanns, K. *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 171-186). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Domingues, P. (2005). *O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil* (1889-1930). *Diálogos latino-americanos*, 10(1), 115-131.

Estadão. (2019). *Bolsonaro se compromete a constituição e diz que cortará privilégios*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-se-compromete-em-respeitar-constituicao-e-diz-que-cortara-privilegios,70002570650>.

Facchini, R., Sívori, H. (2017). Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. *Cadernos Pagu*, 50, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp.

Fanon, F. (1952/2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Fernandes, S. (2008). Foucault: a experiência da amizade. Em Albuquerque, D. M., Veiga, A. & Souza, A. (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Ferraz, I. & Xavier, R. M. (2018). “Gravidez é um problema que dura só 9 meses”, diz *Dameres Alves*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/gravidez-e-um-problema-que-dura-so-9-meses-diz-dameres-alves>.

Gauchazh (2018). *Confirma a entrevista dada por Bolsonaro em 2014, citada pelo candidato no Jornal Nacional*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://gauchazh.clicrbs.com>.

br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/confira-a-entrevista-dada-por-bolsonaro-em-2014-citada-pelo-candidato-no-jornal-nacional-cjkfdf5op00ns01muzcwifo8.html.

Gebara, I. (2000). *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes.

Globo (2019). *Damares lança campanha de proteção à mulher com ajuda de profissionais de beleza*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/damares-lanca-campanha-de-protecao-a-mulher-com-ajuda-de-profissionais-de-beleza.ghtml>.

Gomes, E. C. (2008) *Notas sobre aborto e reações político-religiosas: resistências e possibilidades de diálogo*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de https://www.researchgate.net/publication/268243220_Notas_sobre_aborto_e_reacoespolitico-religiosas_resistencias_e_possibilidades_de_dialogo_.html.

Gonçalves, R. B. (2011) Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, 116(1), 13-20.

Gonçalves, R. B. (2016) O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014). Dissertação de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (URJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Gonzalez, L. (1984) Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1, 223-244.

Gouvêa, R. Q. (2008). A condição da mulher no fundamentalismo: reflexões transdisciplinares sobre a relação entre o fundamentalismo religioso e as questões de gênero. *Mandrágora: Gênero Fundamentalismo e Religião*, 14(1), 13-24.

- Gregório, R. (2018). *Eleição de 2018 será lembrada pelos casos de violência, dizem analistas*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleicao-de-2018-sera-lembrada-pelos-casos-de-violencia-dizem-analistas.shtml>.
- Hooks, B. (1995) Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, 2, 464-478.
- Hooks, B. (2010). *Vivendo de amor*. Geledes, 2010. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>.
- IBGEeduca. (2019). *Conheça o Brasil – População. Quantidade de homens e mulheres*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conhecao-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>.
- Instituto Patrícia Galvão: mídia e direitos. (2016). *Dossiê: violência contra as mulheres*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>.
- Jarschel, H. J., Nanjarí, C. C. N. (2008). *Religião e violência simbólica contra as mulheres*. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, p. 1-8. Recuperado em 5 de maio, 2019, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari_62.pdf.
- Koltai, C. A tentação do bem: o caminho mais curto para o pior. *Revista Ágora*, 5(1), 9-17.
- Lindner, J. (2017). *Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de Congresso*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso,70001900653>.
- Lionço, T. (2017). Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(1), 208-223.

- Lorde, A. (1981). *Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/>.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Luna, N. (2014). A Polêmica do Aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Revista de Ciências Sociais*, 57(1), 237-275.
- Luna, N. (2014). Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14(1), 83-109.
- Macedo, E. (2002). *O Perfil da Mulher de Deus*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Universal.
- Machado, A. F. (2014). *Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira*. (Dissertação de mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, BA.
- Machado, L. Z. (2016). Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos pagu* 47(1), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp.
- Machado, L. Z. (2017). O aborto como direito e o aborto como crime. *Cadernos pagu*, (50), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp.
- Machado, M. D. C. (2012). Religião Cultura e Política. *Religião e Sociedade*, 32(2), 29-56.
- Mariano, R. (2011). Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, 11(2), 238-258.
- Mariano, R., Pierucci A. F. (1992). O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos*, 34(1), 92-106.
- Martins, J. B. (1996). Observação participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia escolar. *Semina: Ci. Sociais/Humanas*, 17(3), 266-273.

- Mendonça, H. (2019). *Discurso inédito de Michelle Bolsonaro na posse abre portas para protagonismo no Governo*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: https://brasil.epais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546361496_407537.html
- Miguel, L. F. (2016). Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, 7(15), 590-621.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra*. Petrópolis: Vozes.
- Nogueira, C. (2008). Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 235-242.
- Nogueira, D. (2018). VÍDEO - “Não tem essa historinha de Estado laico. É Estado cristão”, disse Bolsonaro em comício. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-nao-tem-essa-historinha-de-estado-laico-e-estado-cristao-disse-bolsonaro-em-comicio/>.
- Oliveira, D. E. (2007). *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Gráfica Popular.
- Oliveira, R. C. M. (2014). (Entre)linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 2(4), 69-87.
- Oliveira Filho, P. G. (2012). *A construção das relações de gênero na mídia da Igreja Universal do Reino de Deus*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE, Brasil.
- Oro, A. P. (2003) A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(1), 53-69.
- Pacheco, A. C. L. (2013) *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: ÉDUFBA.

- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC.
- Pierucci, A. F. (1989). Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, 11(1), 114.
- Polito, R. (2019). *Michelle Bolsonaro aproveita a posse para encantar o país com seu carisma*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2019/01/02/discurso-primeira-dama-michelle-bolsonaro-carisma.htm>.
- Pondaag, M. C. M. (2009). *Sentidos da violência conjugal: a perspectiva de casais*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Prado Filho, K. & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói Santa Cruz do Sul*, 38(1), 45-59.
- Projeto de Lei 193/2006. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4676715&ts=1559283883673&disposition=inline>
- Projeto de Lei/ 6.150/2005. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3E7CE8B252E727D6A9C71C173EE785BF.node2?codteor=355238&filename=Avulso+-PL+6150/2005.
- Queiroga, L. (2018). *Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>.
- Redação Forum (2016). *Jair Bolsonaro: “Erro da ditadura foi torturar e não matar”*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://www.revistaforum.com.br/jair-bolsonaro-erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar/>.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Revista Forum. (2019). *Fascismo: Bolsonaro admite censura em nome da família e de Deus*.

Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/fascismo-bolsonaro-admite-censura-em-nome-da-familia-e-de-deus/?fbclid=IwAR2wjXKVdQ9cmHDjjMrIQ1NS3JVtbGkpDbeAT8QETVCIZWiZY7xdXVCIqjk>.

Revista Veja. (2019). *TJ mantém condenação de Bolsonaro por resposta a Preta Gil e falas ao CQC*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://veja.abril.com.br/politica/tj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-resposta-a-preta-gil-e-falas-ao-cqc/>.

Revista Veja. (2019). *Edir Macedo pede que Deus 'remova' quem se opõe a Bolsonaro*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://veja.abril.com.br/politica/edir-macedo-pede-que-deus-remova-quem-se-opoe-a-bolsonaro/>.

Ribeiro, E. A. & Oliveira, R. A. (2013). Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. *Revista Política Hoje*, 22(1), 167-205.

Rocha, P. S. B. G & Lima, M. A. B. (2018). Proselitismo religioso: um direito inconveniente. *Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais*, 4(1), 112-130.

Romagnoli, R. C. (2007). A invenção como resistência: por uma clínica menor. *Revista Vivência*, 32(1), 97-107.

Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166-173.

Santos, B. S. (2014). *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez.

Santos, T. (2017). *Icesp apresenta resultados detalhados de ensaio clínico com fosfoetanolamina*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://portugues.medscape.com/verartigo/6501722>.

Schuck, E. O. (2013). As políticas de gênero no Brasil e o enfrentamento da bancada

- religiosa no Poder Legislativo. Seminário Internacional Fazendo Gênero: Florianópolis. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373336040_ARQUIVO_Schuck.FazendoGenero.pdf
- Silva, G. V. (2013). A violência de gênero no Brasil e o gemido das mulheres evangélicas. *Revista Teológica Discente da Metodista*, 1(1), 23-27.
- Soares, I. (2019). *Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido*. Recuperado em: 02 de novembro, 2019, de: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Souza, J. N. (2017). Democracia e fundamentalismo político-religioso. *Protestantismo em revista*, 43(1), 95-106.
- Souza, S. D. (2013). Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. *Estudos de Religião*, 27(1), 177-201.
- Spink, M. J. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 7-14.
- Tadvald, M. (2015). A Reinvenção do Conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do Núcleo de Estudos da Religião*, 27(1), 259-288.
- Valente, R. (2017). *Bolsonaro era agressivo e tinha 'excessiva ambição', diz ficha militar*. Recuperado em 5 de maio, 2019, de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884332-bolsonaro-era-agressivo-e-tinha-excessiva-ambicao-diz-ficha-militar.shtml>.
- Vital, C., Lopes, P.V. L. (2012). *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião.

Vital, C., Lopes, P.V. L. (2017) *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião.

Waiselfisz, J. J. (2016) *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Recuperado em 25 de março, 2019, de https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

Weingartner, J. N. (2019). Arena do sagrado e o proselitismo religioso na palavra do STF. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, 7(1), 247-267.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

7. Anexo

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro: as implicações de um governo sexista na vida das mulheres brasileiras

Instituição da pesquisadora: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Professor Orientador: Leonardo Mello

Pesquisadora: Aline Campos Machado

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitada a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é analisar de que forma o governo Bolsonaro e seus preceitos fundamentalistas produzem novas vivências para as mulheres brasileiras
- Você está sendo convidada a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua atuação consiste em participar de uma roda de conversa sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma roda de conversa que será gravada em áudio, vídeo ou fotografias, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em um local conveniente para a participante.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento da roda de conversa e observação participante.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a roda de conversa para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca da temática focalizada na pesquisa.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora responsável.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pela pesquisadora e seu orientador e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação, áudio e fotografias) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora Aline Campos Machado, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao(à) senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Leonardo Mello

Celular: (61) 982707822, E-mail: leonardo.mello@ceub.edu.br

Aline Campos Machado,

Celular: (61)985560893, E-mail: alinecamposmachado@gmail.com

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone p/contato: (61) 3966-1200